



MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Deberto

PROCESSO N° 10/2024	LIVRO N° 01	Pregão Presencial N° 02/2024
---------------------	-------------	------------------------------

OBJETO:

A presente licitação tem como objeto a Contratação de Empresa para execução de serviços visando o desenvolvimento do programa “Exemplo no Esporte, Exemplo na Vida”, conforme Lei Municipal nº1299/2017, através de práticas esportivas para crianças e adolescentes do Município de Tunápolis, da faixa etária entre 04 (quatro) a 17 (dezesete) anos, através de escolinhas esportivas nas modalidades de HANDEBOL, VOLEIBOL, VÔLEI DE AREIA, TÊNIS DE QUADRA, ATLETISMO, XADREZ, E TÊNIS DE MESA.

AUTUAÇÃO

Aos 08 de fevereiro de 2024 no gabinete do Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina,
Daiame Scheren AUTUO o presente que segue.

Responsável pela AUTUAÇÃO DO PROCESSO



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Despesa: Contratação de empresa para execução de serviços de escolinhas esportivas, visando atender o projeto “Exemplo no esporte, exemplo na vida”, para atender as demandas da Comissão Municipal de Esportes, para o ano de 2024.

Justificativa e finalidade: Referida contratação se mostra de extrema importância, tendo em vista a continuidade dos serviços esportivos da Comissão Municipal de Esporte, uma vez que o projeto atende crianças e jovens de 04 à 17 anos, a administração municipal, entende como prioridade a oferta deste tipo de serviço, a considerar a importante relevância no desenvolvimento cognitivo, motor e especialmente social dos alunos. Estamos vivendo a era tecnológica, é outro preceito importante para podermos oferecer diversas possibilidades práticas as crianças e jovens, uma vez que são convidados a relacionar-se com o outro de maneira efetiva, vivenciando as aprendizagens que as vitórias e derrotas oferecem.

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTOS	
				Unitário	Global
1	Serviço de profissional de educação física habilitado, bacharel em educação física e registro no Conselho Regional de Educação física - CREF/SC para ministrar as aulas de escolinha na modalidade de Handebol . Conforme locais, dias e horários a serem fornecidos pela CME, sendo que o profissional deverá comprovar as horas/aulas através de relatório final do mês	Horas	600	51,63	30.978,00
2	Serviço de profissional de educação física habilitado, bacharel em educação física e registro no Conselho Regional de Educação física - CREF/SC para ministrar as aulas de escolinha na modalidade de Voleibol . Conforme locais, dias e horários a serem fornecidos pela CME, sendo que o profissional deverá comprovar as horas/aulas através de relatório final do mês.	Horas	450	51,63	23.233,50
3	Serviço de profissional de educação física habilitado, bacharel em educação física e registro no Conselho Regional de Educação física - CREF/SC para ministrar as aulas de escolinha na modalidade de Vôlei de areia . Conforme locais, dias e horários a serem fornecidos pela CME, sendo que o profissional deverá comprovar as horas/aulas através de relatório final do mês.	Horas	350	51,63	18.070,50
4	Serviço de profissional de educação física habilitado, bacharel em educação física e registro no Conselho Regional de Educação física - CREF/SC para ministrar as aulas de escolinha na modalidade de Tênis de quadra . Conforme locais, dias e horários a serem fornecidos pela CME, sendo que o profissional deverá comprovar as horas/aulas através de relatório final do mês.	Horas	100	51,63	5.163,00

5	Serviço de profissional de educação física habilitado, bacharel em educação física e registro no Conselho Regional de Educação física - CREF/SC para ministrar as aulas de escolinha na modalidade de Atletismo . Conforme locais, dias e horários a serem fornecidos pela CME, sendo que o profissional deverá comprovar as horas/aulas através de relatório no final do mês.	Horas	300	51,63	15.489,00
6	Serviço de profissional de educação física habilitado, bacharel em educação física e registro no Conselho Regional de Educação física - CREF/SC para ministrar as aulas de escolinha na modalidade de Xadrez . Conforme locais, dias e horários a serem fornecidos pela CME, sendo que o profissional deverá comprovar as horas/aulas através de relatório no final do mês.	Horas	100	51,63	5.163,00
7	Serviço de profissional de educação física habilitado, bacharel em educação física e registro no Conselho Regional de Educação física - CREF/SC para ministrar as aulas de escolinha na modalidade de Tênis de mesa . Conforme locais, dias e horários a serem fornecidos pela CME, sendo que o profissional deverá comprovar as horas/aulas através de relatório no final do mês.	Horas	100	51,63	5.163,00

TOTAL

Naissa Carmine Schaurich
 Portaria nº 5.528
 Secretária M. da Educação,
 Cultura e Esporte

R\$

103.260,00

Naissa Schaurich

Protocolo / /

Tunápolis - SC 16 / 01 /2024

Assinatura do Requisitante

SETOR DE CONTROLE INTERNO

- Licitação Modalidade _____
- Compra Direta Fundamento: _____
- Dispensa Licitação Fundamento: _____
- Inexibibilidade Licitação Fundamento: _____
- Adesão à consórcio _____
- Elaborar o TR e o ETP

Tunápolis - SC 16 / 01 /2024

Responsável CI

CONTABILIDADE/FINANCEIRO

Unidade: _____ Proj/Atividade: _____
 Despesa: _____ Elemento: _____
 Recurso: _____ () Livre () Vinculado

Tunápolis - SC _____ / _____ /2024

Responsável

Encaminhado ao Setor de: _____

OREDENADOR DA DESPESA

- Deferido
- Indeferido
- Aguardar

Observações:

Responsável



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Despesa: Contratação de empresa para execução de serviços de escolinhas esportivas, visando atender o projeto "Exemplo no esporte, exemplo na vida", para atender as demandas da Comissão Municipal de Esportes, para o ano de 2024.

Justificativa e finalidade: Referida contratação se mostra de extrema importância, tendo em vista a continuidade dos serviços esportivos da Comissão Municipal de Esporte, uma vez que o projeto atende crianças e jovens de 04 à 17 anos, a administração municipal, entende como prioridade a oferta deste tipo de serviço, a considerar a importante relevância no desenvolvimento cognitivo, motor e especialmente social dos alunos. Estamos vivendo a era tecnológica, é outro preceito importante para podermos oferecer diversas possibilidades práticas as crianças e jovens, uma vez que são convidados a relacionar-se com o outro de maneira efetiva, vivenciando as aprendizagens que as vitórias e derrotas oferecem.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTOS	
				Unitário	Global
1	Serviço de profissional de educação física habilitado, bacharel em educação física e registro no Conselho Regional de Educação física - CREF/SC para ministrar as aulas de escolinha na modalidade de Handebol . Conforme locais, dias e horários a serem fornecidos pela CME, sendo que o profissional deverá comprovar as horas/aulas através de relatório final do mês	Horas	600	51,63	30.978,00
2	Serviço de profissional de educação física habilitado, bacharel em educação física e registro no Conselho Regional de Educação física - CREF/SC para ministrar as aulas de escolinha na modalidade de Voleibol . Conforme locais, dias e horários a serem fornecidos pela CME, sendo que o profissional deverá comprovar as horas/aulas através de relatório final do mês.	Horas	450	51,63	23.233,50
3	Serviço de profissional de educação física habilitado, bacharel em educação física e registro no Conselho Regional de Educação física - CREF/SC para ministrar as aulas de escolinha na modalidade de Vôlei de areia . Conforme locais, dias e horários a serem fornecidos pela CME, sendo que o profissional deverá comprovar as horas/aulas através de relatório final do mês.	Horas	350	51,63	18.070,50
4	Serviço de profissional de educação física habilitado, bacharel em educação física e registro no Conselho Regional de Educação física - CREF/SC para ministrar as aulas de escolinha na modalidade de Tênis de quadra . Conforme locais, dias e horários a serem fornecidos pela CME, sendo que o profissional deverá comprovar as horas/aulas através de relatório final do mês.	Horas	100	51,63	5.163,00

18

05

5	Serviço de profissional de educação física habilitado, bacharel em educação física e registro no Conselho Regional de Educação física - CREF/SC para ministrar as aulas de escolinha na modalidade de Atletismo . Conforme locais, dias e horários a serem fornecidos pela CME, sendo que o profissional deverá comprovar as horas/aulas através de relatório no final do mês.	Horas	300	51,63	15.489,00
6	Serviço de profissional de educação física habilitado, bacharel em educação física e registro no Conselho Regional de Educação física - CREF/SC para ministrar as aulas de escolinha na modalidade de Xadrez . Conforme locais, dias e horários a serem fornecidos pela CME, sendo que o profissional deverá comprovar as horas/aulas através de relatório no final do mês.	Horas	100	51,63	5.163,00
7	Serviço de profissional de educação física habilitado, bacharel em educação física e registro no Conselho Regional de Educação física - CREF/SC para ministrar as aulas de escolinha na modalidade de Tênis de mesa . Conforme locais, dias e horários a serem fornecidos pela CME, sendo que o profissional deverá comprovar as horas/aulas através de relatório no final do mês.	Horas	100	51,63	5.163,00

TOTAL **RS 103.260,00**

Naissa Carmine Schaurich
Portaria nº 5.528
Secretária M. da Educação,
Cultura e Esporte

Naissa Carmine Schaurich

Protocolo / /

Tunápolis - SC 16 / 01 / 2024

Assinatura do Requisitante

SETOR DE CONTROLE INTERNO

- Licitação Modalidade: _____
- Compra Direta Fundamento: _____
- Dispensa Licitação Fundamento: _____
- Inexibibilidade Licitação Fundamento: _____
- adesão à consórcio _____

Elaborar o TR e o ETP

Tunápolis - SC 16 / 01 / 2024

Responsável CA

CONTABILIDADE/FINANCEIRO

Unidade: 04 Proj/Atividade: 2.022
 Despesa: 84 Elemento: 3.3.90.39.05
 Recurso: 1104 (X) Livre () Vinculado

Tunápolis - SC / / 2024

JANETE REMPEL

Assinado de forma digital por

BIEGER:0246325097

JANETE REMPEL

BIEGER:02463250976

6

Responsável

Dados: 2024.01.16 08:30:27 -03'00'

Encaminhado ao Setor de:

OREDENADOR DA DESPESA

- Deferido
- Indeferido
- Aguardar

Observações:

Responsável



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE

CNPJ: 80.911.936/0001-03 **Telefone:** (49) 3195-2000
Endereço: RUA ENCANTADO, 66 - CENTRO
CEP: 89897-000 - São João do Oeste

Pregão presencial

31/2023

Número Processo: 50/2023

Data do Processo: 16/03/2023

OBJETO DO PROCESSO

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE FORNEÇA SERVIÇO DE PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE/SC

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nº 41/2023

Reuniram-se no dia 28/03/2023, as 14:00 os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria/Decreto Nº 237/2022, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório Nº 50/2023 na modalidade de Pregão presencial. Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

PARECER DA COMISSÃO

ÀS 14:00 HORAS DO DIA 28 DE MARÇO DE 2023, NA SALA DE COMPRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE, REUNIRAM-SE A PREGOEIRA E A EQUIPE DE APOIO, NOMEADOS PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 237/2022 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022, PARA A ABERTURA DOS ENVELOPES DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL, DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM. NO CREDENCIAMENTO VERIFICOU-SE, SE ALGUMA EMPRESA NÃO CUMPRIA AS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, NO QUE TANGE AOS IMPEDIMENTOS E ATOS DE IMPROBIDADE QUE CONSTAM NO SISTEMA CEIS/CNJ. A EMPRESA ESTAVA REGULAR. EM SEGUIDA PASSOU-SE PARA A ABERTURA DO ENVELOPE DA PROPOSTA DE PREÇOS, ONDE FORAM VERIFICADOS TODOS OS ITENS EXIGIDOS NO EDITAL, COMO TAMBÉM OS PREÇOS COTADOS. OS DOCUMENTOS DE ENVELOPE DE PROPOSTAS ESTAVAM DE ACORDO COM O EDITAL. NA SEQUÊNCIA PASSOU-SE AOS LANCES VERBAIS E FOI DECLARADO VENCEDOR O PROPONENTE QUE COTOU OS MENORES PREÇOS. APÓS PASSOU-SE PARA ABERTURA DOS ENVELOPES DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO PROPONENTE VENCEDOR. OS DOCUMENTOS DO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO ESTAVAM DE ACORDO COM O EDITAL. ABERTO ESPAÇO PELA PREGOEIRA PARA INTENÇÕES DE RECURSOS DA DOCUMENTAÇÃO E DA PROPOSTA, NÃO HOUVE INTERESSE DO PARTICIPANTE PARA APRESENTAÇÃO DE RECURSOS. EM VISTA DE NÃO HAVER MANIFESTAÇÃO DE INTENÇÕES DE RECURSOS A PREGOEIRA DECLARA VENCEDOR DA LICITAÇÃO: DIVA TREINAMENTOS E EVENTOS ESPORTIVOS LTDA. NÃO HAVENDO NADA MAIS A TRATAR, DEU-SE POR ENCERRADA ESTA SESSÃO PÚBLICA DE LICITAÇÃO. EU IVANILDE MUELLER, PREGOEIRA DESIGNADA, LAVREI A PRESENTE ATA QUE SERÁ ASSINADA PELOS PRESENTES. ENCAMINHANDO POSTERIORMENTE ESTE PROCESSO PARA A AUTORIDADE SUPERIOR PARA HOMOLOGAÇÃO.

Participante: DIVA TREINAMENTOS E EVENTOS ESPORTIVOS LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Serviço de profissional de educação física habilitado, bacharel ou licenciatura plena em educação física e registro no respectivo conselho de classe para ministrar escolinhas esportivas, treinamentos de equipes para competições e acompanhamento de equipes em competições nas modalidades de handebol, basquetebol, ciclismo, futebol de campo, bocha, bolão, futsal, atletismo, tênis de quadra, tênis de mesa, xadrez, vôlei de quadra, vôlei de areia. Conforme dias e horários a serem solicitados pela secretaria municipal de Educação, Cultura e Esportes. Obs: Para acompanhamento de equipes em competições fora do município será calculado até 8 horas de serviço por dia e as despesas com alimentação, estadia e deslocamento ficam a cargo da contratante e despesas de deslocamento, alimentação por conta da contratada nas demais atividades. A contratada deverá ter	3.000,0	HR	DIVA TREINAME NTO	63,0000	189.000,00

disponibilidade de no mínimo 3 profissionais simultâneos quando da solicitação da secretaria. Fica sob responsabilidade da contratada o uso de EPIs, registros e encargos trabalhistas de seus colaboradores. - Serviço de profissional de educação física habilitado, bacharel ou licenciatura plena em educação física e registro no respectivo conselho de classe para ministrar escolinhas esportivas, treinamentos de equipes para competições e acompanhamento de equipes em competições nas modalidades de handebol, basquetebol, ciclismo, futebol de campo, bocha, bolão, futsal, atletismo, tênis de quadra, tênis de mesa, xadrez, vôlei de quadra, vôlei de areia.

Conforme dias e horários a serem solicitados pela secretaria municipal de Educação, Cultura e Esportes. Obs: Para acompanhamento de equipes em competições fora do município será calculado até 8 horas de serviço por dia e as despesas com alimentação, estadia e deslocamento ficam a cargo da contratante e despesas de deslocamento, alimentação por conta da contratada nas demais atividades. A contratada deverá ter disponibilidade de no mínimo 3 profissionais simultâneos quando da solicitação da secretaria. Fica sob responsabilidade da contratada o uso de EPIs, registros e encargos trabalhistas de seus colaboradores.

Total do Participante: 189.000,00

Total Geral: 189.000,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

São João do Oeste, 28/03/2023

Ivanilde Mueller

PREGOEIRO

JÚLIA GRACIELA FALEIRO

MEMBRO

MAIQUELI SCHNEIDERS

MEMBRO

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

DIVA TREINAMENTOS E EVENTOS ESPORTIVOS
LTDA

JOSE GILVANE LAUER



MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS
ORÇAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Secretaria/Departamento: Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Finalidade da Despesa: Contratação de Empresa para execução de serviços de escolinhas esportivas, visando atender o projeto "Exemplo no Esporte, Lei Municipal nº 1543/2022.

PROGRAMA DE TRABALHO		ELEMENTO DE DESPESA			
ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREVISÃO DE CUSTOS	
				Unitário	Global
1	Serviço de profissional de educação física habilitado, bacharel em educação física e registro no Conselho Regional de Educação física - CREF/SC para ministrar as aulas de escolinha na modalidade de Handebol . Conforme locais, dias e horários a serem fornecidos pela CME, sendo que o profissional deverá comprovar as horas/aulas através de relatório final do mês	horas	600	R\$ 65,00	39.000,00
2	Serviço de profissional de educação física habilitado, bacharel em educação física e registro no Conselho Regional de Educação física - CREF/SC para ministrar as aulas de escolinha na modalidade de Voleibol . Conforme locais, dias e horários a serem fornecidos pela CME, sendo que o profissional deverá comprovar as horas/aulas através de relatório final do mês.	Horas	600	R\$ 65,00	39.000,00
3	Serviço de profissional de educação física habilitado, bacharel em educação física e registro no Conselho Regional de Educação física - CREF/SC para ministrar as aulas de escolinha na modalidade de Volêi de areia . Conforme locais, dias e horários a serem fornecidos pela CME, sendo que o profissional deverá comprovar as horas/aulas através de relatório final do mês.	Horas	300	R\$ 65,00	19.500,00
4	Serviço de profissional de educação física habilitado, bacharel em educação física e registro no Conselho Regional de Educação física - CREF/SC para ministrar as aulas de escolinha na modalidade de Tênis de quadra . Conforme locais, dias e horários a serem fornecidos pela CME, sendo que o profissional deverá comprovar as horas/aulas através de relatório final do mês.	Horas	200	R\$ 65,00	13.000,00
5	Serviço de profissional de educação física habilitado, bacharel em educação física e registro no Conselho Regional de Educação física - CREF/SC para ministrar as aulas de escolinha na modalidade de Atletismo . Conforme locais, dias e horários a serem fornecidos pela CME, sendo que o profissional deverá comprovar as horas/aulas através de relatório no final do mês.	Horas	200	R\$ 65,00	13.000,00

09/24

6	Serviço de profissional de educação física habilitado, bacharel em educação física e registro no Conselho Regional de Educação física - CREF/SC para ministrar as aulas de escolinha na modalidade de Xadrez . Conforme locais, dias e horários a serem fornecidos pela CME, sendo que o profissional deverá comprovar as horas/aulas através de relatório no final do mês.	Horas	200	R\$ 65,00	13.000,00
7	Serviço de profissional de educação física habilitado, bacharel em educação física e registro no Conselho Regional de Educação física - CREF/SC para ministrar as aulas de escolinha na modalidade de Tênis de mesa . Conforme locais, dias e horários a serem fornecidos pela CME, sendo que o profissional deverá comprovar as horas/aulas através de relatório no final do mês.	Horas	200	R\$ 65,00	13.000,00
TOTAL ORÇADO					149.500,00

Orçado por : JOSE GILVANE LAUER
Empresa: DIVA TREINAMENTOS E EVENTOS ESPORTIVOS LTDA
CNPJ: 44.501.504/0001-60
Email: divalauer@yahoo.com.br
Endereço: Travessa INDEPENDENCIA 80 APTO 1
Município: Itapiranga

Em 08/01/2024

JOSE GILVANE
LAUER:03308619997

Assinado de forma digital por JOSE GILVANE LAUER:03308619997
Dados: 2024.01.08 16:42:35 -03'00'

[Início](#) > [Licitações](#) > Pregão

2023 - Pregão Presencial 43/2023 - Contratação de serviços de monitoria, aulas de treinamento e acompanhamento de modalidades esportivas.

Contratação de serviços de monitoria, aulas de treinamento e acompanhamento de modalidades esportivas.

17/04/2023 às 11h05

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7122/2023

REFERÊNCIA: EDITAL Nº 50/2023

PREGÃO Nº 11-43/2023

Objeto: Contratação de serviços de monitoria, aulas de treinamento e acompanhamento de modalidades esportivas.

HOMOLOGO o procedimento da presente licitação a proponente vencedora:

KELLY VANESSA SCHOEMBERGER - ME

Item 1.1 – 1.224 HR, CONTRATAÇÃO DE MONITOR PARA MINISTRAR AULAS DE CAPOEIRA em conformidade com o Anexo I do Edital, valor unitário de R\$ 26,90 (vinte e seis reais e noventa centavos) e valor total de R\$ 32.925,60 (trinta e dois mil novecentos e vinte e cinco reais e sessenta centavos)

Item 1.2 - 765 HR, CONTRATAÇÃO DE MONITOR PARA MINISTRAR AULAS DE VOLEIBOL em conformidade com o Anexo I do Edital, va  unitário de R\$ 26,90 (vinte e seis reais e noventa centavos) e valor total de R\$ 20.578,50 (vinte mil quinhentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos)

Item 1.3 – 1.224 HR, CONTRATAÇÃO DE MONITOR PARA MINISTRAR AULAS DE TÊNIS DE MESA em conformidade com o Anexo I do Edital, valor unitário de R\$ 26,90 (vinte e seis reais e noventa centavos) e valor total de R\$ 32.925,60 (trinta e dois mil novecentos e vinte e cinco reais e sessenta centavos)

Item 1.4 – 1.530 HR, CONTRATAÇÃO DE MONITOR PARA MINISTRAR AULAS DE JUDÔ em conformidade com o Anexo I do Edital, valor unitário de R\$ 26,90 (vinte e seis reais e noventa centavos) e valor total de R\$ 41.157,00 (quarenta e um mil cento e cinquenta e sete reais)

Item 1.5 – 1.020 HR, CONTRATAÇÃO DE MONITOR PARA MINISTRAR AULAS DE TAEKWONDO em conformidade com o Anexo I do Edital, valor unitário de R\$ 26,90 (vinte e seis reais e noventa centavos) e valor total de R\$ 27.438,00 (vinte e sete mil quatrocentos e trinta e oito reais)

Item 1.6 – 1.224 HR, CONTRATAÇÃO DE MONITOR PARA MINISTRAR AULAS DE TÊNIS DE CAMPO em conformidade com o Anexo I do Edital, valor unitário de R\$ 26,90 (vinte e seis reais e noventa centavos) e valor total de R\$ 32.925,60 (trinta e dois mil novecentos e vinte e cinco reais e sessenta centavos)

Item 1.7 – 3.060 HR, CONTRATAÇÃO DE MONITOR PARA MINISTRAR AULAS DE HANDEBOL em conformidade com o Anexo I do Edital, valor unitário de R\$ 26,9000 (vinte e seis reais e noventa centavos) e valor total de R\$ 82.314,00 (oitenta e dois mil trezentos e quatorze reais)

Item 1.8 – 1.020 HR, CONTRATAÇÃO DE MONITOR PARA MINISTRAR AULAS DE JIU JITSU em conformidade com o Anexo I do Edital, valor unitário de R\$ 26,9000 (vinte e seis reais e noventa centavos) e valor total de R\$ 27.438,00 (vinte e sete mil quatrocentos e trinta e oito reais)

Item 1.9 – 1.122 HR, CONTRATAÇÃO DE MONITOR PARA MINISTRAR AULAS DE VOLEI ADAPTADO em conformidade com o Anexo I do Edital, valor unitário de R\$ 26,9000 (vinte e seis reais e noventa centavos) e valor total de R\$ 30.181,80 (trinta mil cento e oitenta e um reais e oitenta centavos)

Item 1.10 – 1.020 HR, CONTRATAÇÃO DE MONITOR PARA MINISTRAR AULAS DE CAPOTERAPIA em conformidade com o Anexo I do Edital, valor unitário de R\$ 26,90 (vinte e seis reais e noventa centavos) e valor total de R\$ 27.438,00 (vinte e sete mil quatrocentos e trinta e oito reais)

Item 1.11 – 1.020 HR, CONTRATAÇÃO DE MONITOR PARA MINISTRAR AULAS DE GINÁSTICA em conformidade com o Anexo I do Edital, valor unitário de R\$ 26,90 (vinte e seis reais e noventa centavos) e valor total de R\$ 27.438,00 (vinte e sete mil quatrocentos e trinta e oito reais)

Item 1.12 – 1.377 HR, CONTRATAÇÃO DE MONITOR PARA MINISTRAR AULAS DE KARATÊ em conformidade com o Anexo I do Edital, valor unitário de R\$ 26,90 (vinte e seis reais e noventa centavos) e valor total de R\$ 37.041,30 (trinta e sete mil quarenta e um reais e trinta centavos)

Item 1.13 – 4.080 HR, Contratação de Monitor para Ministras Aulas de Basquete em conformidade com o Anexo I do Edital, valor unitário de R\$ 26,90 (vinte e seis reais e noventa centavos) e valor total de R\$ 109.752,00 (cento e nove mil setecentos e cinquenta e dois reais)

Item 1.14 – 1.020 HR, CONTRATAÇÃO DE MONITOR PARA MINISTRAR AULAS DE ATLETISMO em conformidade com o Anexo I do Edital, valor unitário de R\$ 26,90 (vinte e seis reais e noventa centavos) e valor total de R\$ 27.438,00 (vinte e sete mil quatrocentos e trinta e oito reais)

Item 1.15 – 2.040 HR, CONTRATAÇÃO DE MONITOR PARA MINISTRAR AULAS DE FUTEBOL em conformidade com o Anexo I do Edital, valor unitário de R\$ 26,90 (vinte e seis reais e noventa centavos) e valor total de R\$ 54.876,00 (cinquenta e quatro mil oitocentos e setenta e seis reais)

Item 1.16 – 2.754 HR, Contratação de Monitor para Ministras Aulas de Ginástica Artística em conformidade com o Anexo I do Edital, valor unitário de R\$ 26,90 (vinte e seis reais e noventa centavos) e valor total de R\$ 74.082,60 (setenta e quatro mil oitenta e dois reais e sessenta centavos)

Item 1.17 – 1.350 HR, Contratação de Monitor para Ministras Aulas de Pilates em conformidade com o Anexo I do Edital, valor unitário de R\$ 26,90 (vinte e seis reais e noventa centavos) e valor total de R\$ 36.315,00 (trinta e seis mil trezentos e quinze reais)

Item 1.18 – 1.734 HR, Contratação de Monitor para Ministras Aulas de Boxe em conformidade com o Anexo I do Edital, valor unitário de R\$ 26,90 (vinte e seis reais e noventa centavos) e valor total de R\$ 46.644,60 (quarenta e seis mil seiscentos e quarenta e quatro reais e sessenta centavos)

Item 1.19 – 2.550 HR, Contratação de Monitor para Ministras Aulas de Futsal em conformidade com o Anexo I do Edital, valor unitário de R\$ 26,90 (vinte e seis reais e noventa centavos) e valor total de R\$ 68.595,00 (sessenta e oito mil quinhentos e noventa e cinco reais)

Item 1.20 – 1.326 HR, Contratação de Monitor para Ministras Aulas de Natação e Hidroginástica em conformidade com o Anexo I do Edital, valor unitário de R\$ 26,90 (vinte e seis reais e noventa centavos) e valor total de R\$ 35.669,40 (trinta e cinco mil seiscentos e sessenta e nove reais e quarenta centavos)

Item 1.21 – 1.020 HR, Contratação de Monitor para Ministras Aulas de Ritmos e Danças em conformidade com o Anexo I do Edital, valor unitário de R\$ 26,90 (vinte e seis reais e noventa centavos) e valor total de R\$ 27.438,00 (vinte e sete mil quatrocentos e trinta e oito reais)

Item 1.22 - 816 HR, Contratação de Monitor para Ministras Aulas Multiesportivas em conformidade com o Anexo I do Edital, valor unitário de R\$ 26,90 (vinte e seis reais e noventa centavos) e valor total de R\$ 21.950,40 (vinte e um mil novecentos e cinquenta reais e quarenta centavos)

Item 1.23 – 1.224 HR, CONTRATAÇÃO DE MONITOR PARA MINISTRAR AULAS DE BEACH TENNIS em conformidade com o Anexo I do Edital, valor unitário de R\$ 26,90 (vinte e seis reais e noventa centavos) e valor total de R\$ 32.925,60 (trinta e dois mil novecentos e vinte e cinco reais e sessenta centavos)

Item 1.24 – 1.224 HR, CONTRATAÇÃO DE MONITOR PARA MINISTRAR AULAS DE DAMAS E XADREZ em conformidade com o Anexo I do Edital, valor unitário de R\$ 26,90 (vinte e seis reais e noventa centavos) e valor total de R\$ 32.925,60 (trinta e dois mil novecentos e vinte e cinco reais e sessenta centavos) 

Item 1.25 - 714 HR, CONTRATAÇÃO DE MONITOR PARA MINISTRAR AULAS PARA A MELHOR IDADE em conformidade com o Anexo I do Edital, valor unitário de R\$ 26,03 (vinte e seis reais e três centavos) e valor total de R\$ 18.585,42 (dezoito mil quinhentos e oitenta e cinco reais e quarenta e dois centavos)

Valor Global do LOTE 01 para 12 meses: R\$ 1.006.999,13 (um milhão seis mil novecentos e noventa e nove de reais e treze centavos)

À Seção de Licitações para as medidas de direito, na conformidade da legislação pertinente.

Dê-se ciência na forma da lei.

Comunique-se.

Em 03 de maio de 2023.

THOMÁS ANTÔNIO CAPELETTO DE OLIVEIRA

12
D**TERMO DE RECEBIMENTO DO EDITAL**

Declaro para os devidos fins que retirei integralmente junto ao endereço eletrônico www.itatiba.sp.gov.br o EDITAL de Licitação referente ao PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 43/2023. Objeto: Contratação de serviços de monitoria, aulas de treinamento e acompanhamento de modalidades esportivas.

Nome da Empresa: _____
CNPJ Nº _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Cidade: _____
Telefone () _____ FAX: () _____
E-mail: _____
Contato: _____

Importante: Este documento deverá ser preenchido (datilografado ou digitado) e enviado através do E-MAIL: licitacoes@licitacoes.itatiba.sp.gov.br, aos cuidados do Pregoeiro.

A Prefeitura de Itatiba não se responsabilizará pelo **não envio** de informações, tais como: esclarecimentos, alterações do edital de data de abertura, de suspensão, de julgamento/homologação, referentes ao Edital, caso a empresa não preencha e transmita as informações acima descritas.

Fone para contato (011) 3183-0655.



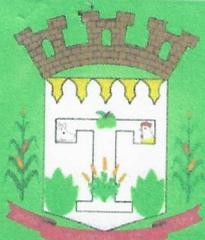
Pregão Presencial Nº 43/2023, Edital Nº 50/2023, Tipo Menor Preço Global. Objeto: Contratação de serviços de monitoria, aulas de treinamento e acompanhamento de modalidades esportivas. O credenciamento e os envelopes de Preços e Habilitação serão recebidos no **dia 02 de maio de 2023, das 09 horas às 09h30min.**, na Seção de Licitações, Av. Luciano Consoline, 600, Jardim de Lucca. O edital fica disponível no endereço acima das 09h às 17h ou no site www.itatiba.sp.gov.br (<http://www.itatiba.sp.gov.br>). Informações: tel.(11)3183-0655. Maria Angela Camargo Correa de Lima – Pregoeira.

Download:

[Pregão Presencial 43-2023 - Edital \(https://ecrie.com.br/sistema/conteudos/arquivo/a_133_0_1_20042023084824.doc\)](https://ecrie.com.br/sistema/conteudos/arquivo/a_133_0_1_20042023084824.doc)

[Ata Pregão Presencial 43-23 \(https://ecrie.com.br/sistema/conteudos/arquivo/a_133_0_1_02052023112307.pdf\)](https://ecrie.com.br/sistema/conteudos/arquivo/a_133_0_1_02052023112307.pdf)


(<https://ecrie.com.br/>)



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

DECRETO N° 2478 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023

Dispõe sobre a composição de membros titulares e suplentes da Comissão de Contratação, prevista na Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 63, inc. X da Lei Orgânica do Município, o inc. I do art. 6° e art. 8°, § 2° da Lei n°. 14.133/2021, no âmbito da Administração Pública Municipal,

DECRETA:

Art. 1°. Fica constituída a Comissão de Contratação permanente, composta por servidores efetivos dos quadros permanentes da administração pública municipal, para a condução das licitações no município de Tunápolis/SC:

I - Membros Titulares:

- Elisandro Both
- Juliana Scheren
- Carlise Inês Groth Lezonier
- Eliana Bohnen
- Solange Beatris Melz

II - Membros Suplentes:

- Camila Hawryszko Rosar
- Patrícia Carina Schoemberger
- Eduardo dos Santos Dotto
- Ricardo Ott
- Jaqueline Schwengber



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

Art. 2º. As atribuições dos Membros da Comissão de Contratação são aquelas previstas no art. 4º, § 1º do Decreto Municipal nº. 2373/2023 e no inc. L do art. 6º, da Lei nº. 14.133/2021.

Art. 3º. Cabe aos membros da Comissão aqui designados, as vedações relativas aos agentes públicos descritas no art. 9º da Lei nº. 14.133/2021.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2024.

Tunápolis, 28 de dezembro de 2023.


MARINO JOSÉ FREY
Prefeito Municipal


JACKSON SCHERER
Secretário Municipal da Administração, Planejamento e Finanças

Este Decreto foi Registrado e,
Publicado em data supra.


CLEVERSON INACIO KERKHOFF
Técnico de Controladoria Interna



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

15
Ⓟ

PRÂMBULO
PROCESSO Nº: 10/2024. PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2024
INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS/SC
HORARIO DA SESSÃO:08h
DATA: 23 de FEVEREIRO DE 2024.
HORA: 14h 00min (horário de Brasília-DF)
OBJETO:
A presente licitação tem como objeto a Contratação de Empresa para execução de serviços visando o desenvolvimento do programa “Exemplo no Esporte, Exemplo na Vida”, conforme Lei Municipal nº1299/2017, através de práticas esportivas para crianças e adolescentes do Município de Tunápolis, da faixa etária entre 04 (quatro) a 17 (dezessete) anos, através de escolinhas esportivas nas modalidades de HANDEBOL, VOLEIBOL, VÔLEI DE AREIA, TÊNIS DE QUADRA, ATLETISMO, XADREZ, E TÊNIS DE MESA.
TIPO DE LICITAÇÃO: PREGÃO NA FORMA PRESENCIAL
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM/HORA
LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Sala da Comissão de Licitações e Compras, Rua João Castilho nº 111, centro do Município de Tunápolis/SC.
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 103.260,00(cento e três mil duzentos e sessenta reais)
REGIME DE EXECUÇÃO ENTREGA PARCELADA.
PREGOEIRA: Sheila Inês Bieger
AMPARO LEGAL: Regido pela a Lei Federal 14.133/2021, Lei Municipal nº1299/2017, decreto 2373.
O Edital poderá ser obtido gratuitamente no site da Prefeitura, no endereço https://www.tunapolis.sc.gov.br/ a partir da data de sua publicação;
Informações adicionais podem ser obtidas junto, a Comissão Permanente de Licitação, Fone:(49) 36321122. E-mail: compras@tunapolis.sc.gov.br
A Pregoeira e equipe que conduzirá esse certame foi nomeada pelo DECRETO Nº 2461, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023.



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

16
A

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS
RUA JOÃO CASTILHO Nº 111
89.898.000 – TUNÁPOLIS – SC

Secretaria de Administração/Departamento de Compras
Processo de Compra Nº.: 10/2024
Pregão Presencial nº: 02/2024
Data Emissão: 08/02/2024
Forma de Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM/HORA

01 – PREÂMBULO:

1.1 - O Município de Tunápolis – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo **Menor Preço por Item**, sob regime de **execução parcelada**, regido pela Lei Federal 14.133/2021, Lei Municipal nº1299/2017, Decreto Municipal 2373, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar Nº 147 de 07 de Agosto de 2014, e legislação vigente e pertinente à matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as “propostas de preços” e de nº 02, contendo a “documentação de habilitação” serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até às **14h do dia 23 de fevereiro de 2024** iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

02 – DO OBJETO:

2.1 A presente licitação tem como objeto a **Contratação de Empresa para execução de serviços visando o desenvolvimento do programa “Exemplo no Esporte, Exemplo na Vida”, conforme Lei Municipal nº1299/2017, através de práticas esportivas para crianças e adolescentes do Município de Tunápolis, da faixa etária entre 04 (quatro) a 17 (dezessete) anos, ATRAVÉS DE ESCOLINHAS ESPORTIVAS NAS MODALIDADES DE HANDEBOL, VOLEIBOL, VÔLEI DE AREIA, TÊNIS DE QUADRA, ATLETISMO, XADREZ, E TÊNIS DE MESA.**

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTOS	
				Unitário	Global
1	Serviço de profissional de educação física habilitado, bacharel em educação física e registro no Conselho Regional de Educação física - CREF/SC para ministrar as aulas de escolinha na modalidade de Handebol . Conforme locais, dias e horários a serem fornecidos pela CME, sendo que o profissional	Horas	600	51,63	30.978,00



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

17
B

	deverá comprovar as horas/aulas através de relatório final do mês				
2	Serviço de profissional de educação física habilitado, bacharel em educação física e registro no Conselho Regional de Educação física - CREF/SC para ministrar as aulas de escolinha na modalidade de Voleibol . Conforme locais, dias e horários a serem fornecidos pela CME, sendo que o profissional deverá comprovar as horas/aulas através de relatório final do mês.	Horas	450	51,63	23.233,50
3	Serviço de profissional de educação física habilitado, bacharel em educação física e registro no Conselho Regional de Educação física - CREF/SC para ministrar as aulas de escolinha na modalidade de Vôlei de areia . Conforme locais, dias e horários a serem fornecidos pela CME, sendo que o profissional deverá comprovar as horas/aulas através de relatório final do mês.	Horas	350	51,63	18.070,50
4	Serviço de profissional de educação física habilitado, bacharel em educação física e registro no Conselho Regional de Educação física - CREF/SC para ministrar as aulas de escolinha na modalidade de Tênis de quadra . Conforme locais, dias e horários a serem fornecidos pela CME, sendo que o profissional deverá comprovar as horas/aulas através de relatório final do mês.	Horas	100	51,63	5.163,00



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

18
D

5	Serviço de profissional de educação física habilitado, bacharel em educação física e registro no Conselho Regional de Educação física - CREF/SC para ministrar as aulas de escolinha na modalidade de Atletismo . Conforme locais, dias e horários a serem fornecidos pela CME, sendo que o profissional deverá comprovar as horas/aulas através de relatório no final do mês.	Horas	300	51,63	15.489,00
6	Serviço de profissional de educação física habilitado, bacharel em educação física e registro no Conselho Regional de Educação física - CREF/SC para ministrar as aulas de escolinha na modalidade de Xadrez . Conforme locais, dias e horários a serem fornecidos pela CME, sendo que o profissional deverá comprovar as horas/aulas através de relatório no final do mês.	Horas	100	51,63	5.163,00
7	Serviço de profissional de educação física habilitado, bacharel em educação física e registro no Conselho Regional de Educação física - CREF/SC para ministrar as aulas de escolinha na modalidade de Tênis de mesa . Conforme locais, dias e horários a serem fornecidos pela CME, sendo que o profissional deverá comprovar as horas/aulas através de relatório no final do mês.	Horas	100	51,63	5.163,00
TOTAL GERAL				R\$	103.260,00

2.1.2 O município utiliza aproximadamente 100 vagas mensalmente de cada item, considerando que a empresa vencedora deverá iniciar a execução do programa, conforme o cronograma/calendário da Secretaria Municipal da Educação e Comissão Municipal de Esportes.

2.1.3 A vencedora do certame deverá elaborar mensalmente um relatório específico apontando todas as tarefas que foram trabalhadas por ela, e deverá entregar para a equipe técnica da Comissão Municipal de Esportes com o propósito em transferir informações e conhecimentos decorrentes da



prestação dos serviços, objeto contratual, com intuito de dar a equipe técnica mais subsídios para o planejamento de atividades e, dos resultados pretendidos, bem como deverá ser viabilizada, para a equipe técnica da Comissão Municipal de Esportes o conteúdo e planejamento dos treinamentos técnicos específicos e aulas que serão ministradas aos alunos, baseado em documentos técnicos específicos associados ao objeto desta contratação.

2.2 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

a) O Edital encontra-se à disposição dos interessados para consulta e estudo junto a Comissão Permanente de Licitação deste Município, durante o prazo de divulgação da Licitação até o recebimento dos envelopes.

b) As empresas interessadas em participar do certame poderão, obter o Edital pelo site: www.tunapolis.sc.gov.br, dúvidas poderão ser informadas através do email: compras@tunapolis.sc.gov.br, com os dados básicos de cadastramento (Razão Social, Endereço, CNPJ, Telefone Comercial, Pessoa de Contato e telefones). Este pré agendamento não é de caráter obrigatório, visa apenas criar condições para que a Comissão Permanente de Licitação possa enviar quaisquer comunicados, esclarecimentos e/ou observações pertinentes ao processo licitatório, caso seja necessário.

c) O presente Edital se submete integralmente ao disposto nos Artigos 42, 43, 44, 45 e 46 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, assegurando o direito de prioridade para a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, no critério do desempate, quando verificado ao final da disputa de preços, na forma do art. 60º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

03 CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR NA LICITAÇÃO:

3.1-Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que preencherem as condições de credenciamento e demais exigências constantes deste Edital.

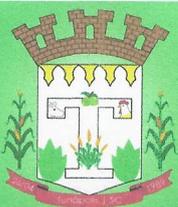
3.2. Será vedada a participação, em qualquer fase do processo licitatório, dos interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

3.2.1. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.2.2. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.2.3. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.2.4. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão



de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.2.5. Agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

3.2.6. Empresas que se encontrarem sob falência, ou em fase de dissolução ou liquidação, conforme Lei nº 11.101/2005.

3.2.7. Empresas declaradas inidôneas por qualquer Órgão da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, bem como as que estejam punidas com impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública no âmbito do Município de Tunápolis/SC, nos termos do art. 156, da Lei Federal n. 14.133/2021.

3.2.8. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.2.9. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

3.3. O impedimento de que trata o item 3.2.1, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.4. A situação de suspensão e impedimento inclui a verificação junto ao CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas) 2 e ao CNEP (Cadastro Nacional de Empresas Punidas), ambos mantidos pelo Poder Executivo Federal.

3.5. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato

3.7 - DA PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

3.7.1 Conforme estabelece a Lei Complementar Nº 147, de 07 de Agosto de 2014, o ITEM ou LOTE, cujo valor orçado seja igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), é de exclusiva participação de MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, que comprovaram o enquadramento no credenciamento.

3.7.2 As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem participar deste certame usufruindo os benefícios concedidos pela Lei Complementar 123/06, da Lei Complementar 147/14, deverão observar o disposto nos subitens seguintes.

3.7.3 A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006 e Lei Complementar 147/14, deverá ser comprovada, mediante apresentação da seguinte documentação:



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

21
B

a) Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa. As sociedades simples, que não registram seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006. A Certidão deve estar atualizada, ou seja, emitida a menos de 120 (cento e vinte) dias da data marcada para a abertura da presente Licitação.

b) Declaração de enquadramento em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, afirmando ainda que não se enquadram em nenhuma das hipóteses do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, sendo esta, assinada pelo administrador da empresa e pelo contador responsável, conforme modelo anexo V.

c) Não havendo 03(três) empresas MPES habilitadas para o certame, será aberto espaço para o credenciamento para as demais empresas e cooperativas que não se enquadram nos benefícios da LC 123/06 e LC 147/14.

d) Em caso de não haver outros interessados para participar do processo, o certame será realizado com qualquer numero de empresas.

3.7.4 Os documentos para fins de comprovação da condição de microempresa e empresa de pequeno porte deverão ser apresentados fora dos envelopes, no ato de credenciamento das empresas participantes.

04 –DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO:

4.1 - No dia, hora e local designados no preâmbulo deste Edital, a pregoeira receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo, na parte externa, além do nome da empresa, a seguinte identificação:

MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS

A) PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2024

PROCESSO DE COMPRA Nº 10/2024

ENVELOPE Nº 01 – Proposta Comercial

PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL) E-MAIL, E TELEFONE.

MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS

B) PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2024

PROCESSO DE COMPRA Nº 10/2024

ENVELOPE Nº 02 - Documentação

PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL) E-MAIL, E TELEFONE.

4.2 O horário do credenciamento será até às **14h do dia 23 de fevereiro de 2024** impreterivelmente, e será efetuado conforme a ordem de chegada dos interessados.



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

22
D

4.2.1 O representante do licitante deverá se apresentar para credenciamento, junto a Pregoeira, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste certame e a responder pelo licitante, devendo ainda identificar-se, exibindo a Cédula de Identidade ou outro documento equivalente.

4.3 O credenciamento far-se-á através de instrumento público ou particular de procuração, com firma reconhecida, conforme modelo contido no **Anexo II** deste edital, ou documento que comprove os necessários poderes especiais para formular ofertas e lances de preços, e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do licitante.

4.3.1 No caso de sócio, proprietário, dirigente ou assemblado da empresa licitante deverá ser apresentada cópia autenticada do Estatuto ou Contrato Social juntamente com as alterações que comprovem sua capacidade de representação legal, com expressa previsão dos poderes para exercício de direitos e assunção de obrigações. Em caso de administrador eleito em ato apartado, deverá ser apresentada cópia da ata de reunião ou assembléia em que se deu a eleição.

4.3.2 No caso de credenciamento por instrumento particular de procuração, com firma reconhecida de dirigente, sócio ou proprietário da empresa licitante, deverá ser apresentada no momento do credenciamento, cópia autenticada ou cópia simples, acompanhada do respectivo original, do Estatuto ou Contrato Social acompanhado da última alteração estatutária ou contratual, e ata de eleição da Diretoria em exercício, no qual estejam expressos os poderes do signatário para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

4.3.3 A empresa licitante que não se credenciar, na forma disposta acima, ficará impedida de apresentar lances, manifestar durante a sessão, considerando-se apenas sua proposta escrita.

4.4- A empresa que não se fizer representar deverá encaminhar, juntamente com os envelopes da proposta e da documentação, cópia do ato constitutivo ou do contrato social, bem como, declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, conforme o modelo do Anexo III. Tais documentos deverão ser encaminhados fora dos envelopes da Proposta e da Documentação, sob pena de impedimento em participar do certame.

4.4.1 - O não comparecimento do titular e/ou do representante credenciado não enseja a inabilitação, nem a desclassificação do Licitante. A empresa que não se fizer representar participará do certame apenas com a sua proposta escrita.

4.5 - Nenhuma pessoa física ou jurídica poderá representar mais de um Licitante.

4.6 - Os documentos de credenciamento, os quais farão parte do presente processo de licitação, deverão ser entregues separadamente dos envelopes da Proposta e da Documentação.

4.7 - Far-se-á o credenciamento até o horário estipulado para o início da sessão de processamento do pregão.

05. DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1 - A Proposta Comercial contida no Envelope nº 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir:



5.1.1 Redigida de forma clara, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável pela empresa, em todas as páginas e anexos.

5.1.2. Conter Razão Social completa e CNPJ da licitante.

5.1.3 A proposta deverá obedecer rigorosamente os termos deste edital, escrita na língua nacional, sem emendas ou rasuras ou ressalvas, sendo que os valores deverão ser expressos em moeda corrente nacional, especificando-se o valor unitário e total.

5.1.4 Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias contados da data limite para a entrega dos envelopes. Se o prazo for omitido, a proposta será considerada por 60 (sessenta) dias, contados da data da apresentação.

5.1.5 Descrição geral quanto aos serviços a serem prestados, de acordo com as especificações do ANEXO I.

5.1.6 Declaração da proponente de integral submissão as condições deste Edital, sem restrições de qualquer natureza e de que se vencedora for, executará os serviços no termo de referência de acordo com as normas e especificações vigentes neste Município e no prazo exigido;

5.2 Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

5.3 A Pregoeira considerará como normal os erros de somatórios e outros aspectos que beneficiem a Administração Pública e não implique nulidade do procedimento.

6.0 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

6.1. Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.

6.2. Não havendo, pelo menos, 3 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

6.3. No curso da sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas, individualmente, a apresentarem novos lances, verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, até a proclamação da vencedora.

6.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

6.5. A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, obedecida a ordem prevista nos itens 6.3 e 6.4.

6.6. É vedada a oferta de lance com vista ao empate.



6.7. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes neste edital.

6.8. O desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa competitiva e, conseqüentemente, no impedimento de apresentar novos lances, sendo mantido o último preço apresentado pela empresa, que será considerado para efeito de ordenação das propostas.

6.9. Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

6.10. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.11. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-a com os valores consignados em planilha de custos, decidindo motivadamente a respeito.

6.12. A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarada vencedora a licitante que ofertar o menor preço unitário, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital e seja compatível com o preço de mercado.

6.13. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
- b) forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;
- c) afrontem qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do item 5;
- d) contiverem opções de preços alternativos ou que apresentem preços manifestamente inexequíveis.

Observação: Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

6.14. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

6.15. Encerrada a sessão de lances, será verificada a ocorrência do empate ficto, previsto no art. 44, § 2º, da Lei Complementar 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem ao edital.

6.15.1. Entende-se como empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

6.16. Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

- a) A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa detentora da proposta de menor valor será convocada para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.



b) Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 6.15.1 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea “a” deste item.

6.17. Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa satisfizer as exigências do item 6.16 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

6.18. O disposto nos itens 6.15 a 6.17 deste edital não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

6.19. Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos.

6.20. A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto serem esclarecidas previamente junto à Comissão de Licitações.

6.21. Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

07. DA HABILITAÇÃO. (SOMENTE SERÁ VERIFICADA A DOCUMENTAÇÃO DO(S) LICITANTE(S) QUE FOREM DECLARADO(S) VENCEDORES)

7.1 O Envelope nº 02 deverá conter os seguintes documentos:

7.1.1 Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou;

7.1.2 Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam, ou;

7.1.3 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, com as alterações.

7.1.4 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

7.1.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal mediante Certidão Conjunta de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional / Receita Federal do Brasil;

7.1.6 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

7.1.7 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;

7.1.8 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).



7.1.9 Prova de inexistência de débitos inadimplentes perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011.

7.10 Certidão negativa de falência, concordata e processo de recuperação judicial e extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio da pessoa física (e-Proc e e-SAJ).

7.2 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

7.2.1 Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial; e

7.2.2 Se a licitante for a matriz e a cumpridora do contrato for a filial, os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente.

7.3 Os documentos deverão ser apresentados no original ou em cópia autenticada em cartório ou servidor do Município, mediante apresentação dos correspondentes originais no caso deste último.

7.4 Todas as Certidões exigidas no presente certame poderão ser verificadas quanto a sua veracidade na internet nos devidos sites, para comprovar a sua regularidade, pela Comissão de Licitações do Município.

7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

7.1 A empresa participante deverá comprovar que possui registro no CREF e que possui em seu quadro de funcionários profissionais com formação em bacharel e devidamente registrados no CREF.

7.1.2 A empresa deve comprovar que fornece ou forneceu, sem restrições, serviços de acordo com objeto do presente edital, através de apresentação de atestado de capacidade técnica, devidamente datado, e carimbado, por pessoa jurídica.

7.2. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.3. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8. VEDAÇÕES

8.1 Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta,



b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

e) agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

8.2. O impedimento de que trata a alínea “a” do item 9.1, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

8.3. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

9. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos de habilitação serão examinados pelo pregoeiro e equipe de apoio, que verificarão sua validade e conformidade com as exigências deste edital.

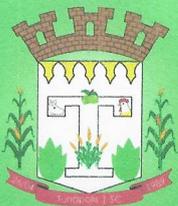
9.2. Em caso de dúvidas sobre a autenticidade das certidões, o pregoeiro e equipe de apoio verificarão sua autenticidade junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

9.3. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

9.4. A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida Neste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

9.5. Na hipótese de a proposta vencedora não ser aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

9.6. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.



10. RECURSO

10.1. Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação.

10.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

10.3. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do item 11.1 do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:

- a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- b) a apreciação dar-se-á em fase única.

10.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

10.6. O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

11.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

12. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

12.1. O licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato dentro do prazo de 5 dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.



12.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

12.4. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no Edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

12.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, nos termos do 12.3 deste Edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante.

13. VIGÊNCIA DO CONTRATO

13.1 O prazo de vigência do contrato decorrente deste procedimento licitatório terá o prazo de 1 (um) ano, contado a partir da data da emissão do instrumento contratual.

13.2 O contrato poderá ser aditado ou prorrogado de acordo com a conveniência da Administração Pública, observados os dispositivos da Lei Federal nº 14.133/2021 e outras legislações pertinentes.

14. PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1. O pagamento ao licitante vencedor será efetuará conforme estabelecido no termo de referência item 11 anexo I do presente edital.

15. RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1 O município utiliza aproximadamente 100 vagas mensalmente de cada item, considerando que a empresa vencedora deverá iniciar a execução do programa, conforme o cronograma/calendário da Secretaria Municipal da Educação e Comissão Municipal de Esportes.

15.1.1 O Município através da Secretaria Municipal da Educação Cultura e Esportes fornecerá uniforme(camiseta e bermuda) para a criança que tenha comprovação da frequência mínima de 75%, bem como o fornecimento dos materiais esportivos necessários para execução do Programa.

15.2 A empresa vencedora ficará vedada a buscar patrocínio com outras empresas, bem como usar outra marca que não seja a marca do PROGRAMA “Exemplo no Esporte, Exemplo na Vida”, conforme Lei Municipal nº 1299/2017.

15.3 A empresa Vencedora não poderá transferir, subcontratar a outrem a execução do programa, **bem como a contratação de estagiários para ministrar as aulas.**



15.4 A empresa somente poderá participar de competições ou organizar campeonatos com autorização da Secretaria Municipal da Educação através do Presidente da Comissão Municipal de Esportes.

15.5. Na participação de campeonatos a empresa vencedora deverá dispor de professor para treinamento dos alunos que irão participar deste, bem como no dia da competição a equipe deverá estar acompanhada de professor, **sem custos adicionais para o erário municipal.**

15.6 Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do serviço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento por parte deste.

15.7 Assumir todos os encargos trabalhistas, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem previstos em legislação específica e vigente, referentes aos serviços executados por seus empregados, obrigando-se a saldá-los na época própria, além de responder, também, por possíveis demandas trabalhistas, civil ou penal, relacionadas com a execução dos serviços.

15.8 Em caso de competições no horário de treinos ou que venha substituir hora de treino, o município não arcará com despesas de substituição de professor.

16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 16.1 deste edital as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;



c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

16.3 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 16.2. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

16.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 16.2 do presente Edital.

16.5. A aplicação das sanções previstas no item 16.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

16.6. Na aplicação da sanção prevista no item 16.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.7. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 16.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16.8. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela Câmara de Vereadores, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

16.9. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

16.10. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

16.11. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

16.12. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 16.2 do presente Edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

17. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

17.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados ao pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, mediante protocolo, na sede da Prefeitura Municipal de Tunápolis, com endereço na



Rua João Castilho, 111, centro, em Tunápolis – SC, pelos telefones 49 3632-1122, no horário compreendido entre as 7h30min e 11h30min e das 13h15min às 17h15min.

17.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas pelo órgão licitante no seguinte endereço: www.tunapolis.sc.leg.br.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

18.1. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

18.2. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

18.3. A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021 DECRETO Nº 2480 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023.

18.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Itapiranga/SC para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

TUNÁPOLIS – SC., 08 de fevereiro de 2024.

MARINO FREY
PREFEITO MUNICIPAL



PROCESSO DE COMPRA Nº.: 10/2024

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 02/2024

TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO

1. DA JUSTIFICATIVA PARA A REALIZAÇÃO DO PREGÃO NA FORMA PRESENCIAL

Aquisição fundamentada nos pressupostos do art. 29 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Assim como todos os processos administrativos, o pregão deve atender aos princípios constitucionais. Entre estes princípios, situa-se o princípio da economicidade – que expressa a relação de custo/benefício, a razoabilidade dos custos diante dos resultados alcançados ou benefícios propiciados.

Embora o Pregão eletrônico seja a modalidade de licitação preferencial, adotamos a modalidade presencial, considerando que as normas que disciplinam as licitações públicas devem ser interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que informadas no edital e não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

Considerando que a opção pela modalidade presencial do pregão, não produz alterações no resultado final do certame, pelo contrário, permite maior redução dos preços tendo em vista a interação do pregoeiro com os licitantes, considerando que o pregão permite inibir a apresentação de propostas insustentáveis que atrasariam os procedimentos da modalidade eletrônica e aumentariam seus custos, assim como a possibilidade de esclarecimentos imediatos durante o pregão presencial e facilidade na negociação de preços, verificação das condições de habilitação e execução da proposta.

Destacando que, o pregão na forma presencial, além de mais prático, fácil, simples, direto e acessível, atinge o seu fim, e fim único de toda licitação, qual seja garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, permitindo a participação de quaisquer interessados que atendam aos requisitos exigidos, e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, mediante sessão pública, por meio de propostas de preços escritas e lances verbais, além de ser eminentemente público aberto e toda a sessão filmada, não resultando desta forma qualquer prejuízo para a Administração



DO OBJETO

Contratação de Empresa para execução de serviços visando o desenvolvimento do programa “Exemplo no Esporte, Exemplo na Vida”, conforme Lei Municipal nº1299/2017, através de práticas esportivas para crianças e adolescentes do Município de Tunápolis, da faixa etária entre 04 (quatro) a 17 (dezesete) anos, através de escolinhas esportivas nas modalidades de HANDEBOL, VOLEIBOL, VÔLEI DE AREIA, TÊNIS DE QUADRA, ATLETISMO, XADREZ, E TÊNIS DE MESA

2. PESQUISA DE PREÇOS E QUANTITATIVOS

Para dar início ao presente processo administrativo, a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, procedeu à cotação de preços com prestadores de serviços do ramo e preços de editais/atas, obtendo valor médio para contratação:

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTOS	
				Unitário	Global
1	Serviço de profissional de educação física habilitado, bacharel em educação física e registro no Conselho Regional de Educação física - CREF/SC para ministrar as aulas de escolinha na modalidade de Handebol . Conforme locais, dias e horários a serem fornecidos pela CME, sendo que o profissional deverá comprovar as horas/aulas através de relatório final do mês	Horas	600	51,63	30.978,00
2	Serviço de profissional de educação física habilitado, bacharel em educação física e registro no Conselho Regional de Educação física - CREF/SC para ministrar as aulas de escolinha na modalidade de Voleibol . Conforme locais, dias e horários a serem fornecidos pela CME, sendo que o profissional deverá comprovar as horas/aulas através de relatório final do mês.	Horas	450	51,63	23.233,50



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

35
⑩

3	Serviço de profissional de educação física habilitado, bacharel em educação física e registro no Conselho Regional de Educação física - CREF/SC para ministrar as aulas de escolinha na modalidade de Vôlei de areia . Conforme locais, dias e horários a serem fornecidos pela CME, sendo que o profissional deverá comprovar as horas/aulas através de relatório final do mês.	Horas	350	51,63	18.070,50
4	Serviço de profissional de educação física habilitado, bacharel em educação física e registro no Conselho Regional de Educação física - CREF/SC para ministrar as aulas de escolinha na modalidade de Tênis de quadra . Conforme locais, dias e horários a serem fornecidos pela CME, sendo que o profissional deverá comprovar as horas/aulas através de relatório final do mês.	Horas	100	51,63	5.163,00
5	Serviço de profissional de educação física habilitado, bacharel em educação física e registro no Conselho Regional de Educação física - CREF/SC para ministrar as aulas de escolinha na modalidade de Atletismo . Conforme locais, dias e horários a serem fornecidos pela CME, sendo que o profissional deverá comprovar as horas/aulas através de relatório no final do mês.	Horas	300	51,63	15.489,00
6	Serviço de profissional de educação física habilitado, bacharel em educação física e registro no Conselho Regional de Educação física - CREF/SC para ministrar as aulas de escolinha na modalidade de Xadrez . Conforme locais, dias e horários a serem fornecidos pela CME, sendo que o profissional deverá comprovar as horas/aulas através de relatório no final do mês.	Horas	100	51,63	5.163,00



7	Serviço de profissional de educação física habilitado, bacharel em educação física e registro no Conselho Regional de Educação física - CREF/SC para ministrar as aulas de escolinha na modalidade de Tênis de mesa . Conforme locais, dias e horários a serem fornecidos pela CME, sendo que o profissional deverá comprovar as horas/aulas através de relatório no final do mês.	Horas	100	51,63	5.163,00
TOTAL				RS	103.260,00

3. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

O serviço deverá ter início em um prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento da primeira Ordem de Fornecimento, conforme horários, dias e locais estipulados pela Comissão Municipal de Esportes - CME. O serviço deverá ser sequencial, considerando que a CME emitirá nova ordem de fornecimento no final de cada mês, para atendimento no mês subsequente.

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Referida contratação se mostra de extrema importância, tendo em vista a sequência dos trabalhos realizados em anos anteriores. O esporte proporciona aprendizagens múltiplas, além disso, entendemos como necessário a oferta de várias modalidades, afim de contemplar os mais diversos públicos.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A contratação, conforme quantidades e descrições constantes nos itens acima e os descritos no Estudo Técnico Preliminar, se faz para atender a necessidade de atendimento esportivo, para crianças e jovens do município de Tunápolis.

Com a referida contratação, temos que a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, através da Comissão Municipal de Esporte poderá retornar as atividades, ~~assim, como fora feito no ano de~~



2023.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Conforme Estudo Técnico Preliminar, além dos requisitos constantes neste termo de referência, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

Podem participar do presente processo de licitação, todas as empresas devidamente constituídas nas mais diversas formas autorizadas em lei;

A contratação de profissionais, é de responsabilidade da contratada, devendo a mesma possuir pessoal habilitado, devidamente credenciado no conselho de Educação Física.

A(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ã)o apresentar toda a documentação necessária à habilitação, inclusive as declarações, da forma exposta no Edital de Licitação.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

Será admitido subcontratação de profissionais, desde que mantem a qualificação estipulada no item, credenciamento no conselho de Educação Física, bem como, respeito a dias, horários e outros.

8. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

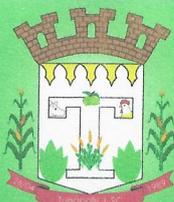
O licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato dentro do prazo de 5 dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no Edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, nos termos do 12.3 deste Edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:



a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).



Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §1º).

Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa acerca de sua regularidade fiscal.

Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

10. DA AVALIAÇÃO DO OBJETO A SER EXECUTADO

A avaliação da execução do objeto deverá acontecer de maneira bastante crítica, observando-se os exatos requisitos solicitados no Estudo Técnico Preliminar, neste Termo de Referência e no Edital de Processo Licitatório, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
- b) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

- a) Executar serviços fora dos padrões de qualidade e quantidade contratados e não os corrigir no prazo determinado pela fiscalização;
- b) Não cumprir os prazos previstos no cronograma;



- c) Deixar de manter, durante a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas no certame licitatório (Por verificação mensal, quando na entrega dos serviços).
- d) Nos termos da legislação aplicada, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada, não produziu os resultados acordados, deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida, deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

11. DO PAGAMENTO

11.1 O Município efetuará o pagamento mensalmente, até o dia 05 (cinco) do mês subsequente ao da prestação de serviço. O pagamento será efetuado mediante o recebimento da nota fiscal, acompanhado do relatório específico apontando todas as tarefas que foram trabalhadas pela CONTRATADA, devidamente assinado pelo administrador da empresa, e Professor que ministrou as aulas, com a anuência do Presidente da Comissão Municipal de Esportes.

11.2 A nota fiscal deverá ser preenchida identificando o número do processo licitatório, descrição completa conforme a autorização de fornecimento (objeto, quantidade, marca e demais elementos que permitam sua perfeita identificação), bem como informar os dados de CNPJ da licitante vencedora, Endereço, Nome da Contratada, número da Agência e Conta Bancária (em nome da pessoa jurídica) na qual será efetuado o depósito para o pagamento do objeto.

11.3. A Nota Fiscal somente será liberada para pagamento quando o objeto for executado em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

11.4. O Município de Tunápolis se dispõe a pagar os valores constantes no objeto da licitação conforme valores na cláusula primeira, devendo comprovar no mínimo 8 (oito) horas mensais de treinamento por vaga, através de relatório mensal assinado pelo Professor responsável e pelo Presidente da Comissão Municipal de esportes, juntamente com a comprovação da frequência mínima de 75% da criança ou adolescente, devidamente verificados, aceitos e assinado pelo Presidente da Comissão Municipal de Esportes.

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

41
B

A Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais.

A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio de documentos por ele abrangidos.

É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação atualizada.

Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

a) **Habilitação Jurídica:** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

b) **Habilitações fiscal, social e trabalhista:** Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados,



inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição, prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, o fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência

12. ESTIMATIVA DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO

O custo estimado da contratação é de R\$ de R\$103.260,00 (cento e três mil, duzentos e sessenta reais)

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º inc. XXIII – j)

As despesas decorrentes dessa contratação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício 2024, conforme abaixo:

Unidade: 04

Despesa: 84

Recurso: 1104 (livre)

Proj/Atividade: 2022



Elemento: 3.3.90.39.05

14. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

Os bens a serem adquiridos no presente pregão enquadram-se na definição de materiais caracterizados como comuns, tendo em vista que possuem características tecnicamente padronizadas, de aferição simples, cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos por meio de especificações usuais do mercado.

15. OBRIGACÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da Contratante:

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;

Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos;

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



16. OBRIGACÕES DA CONTRATADA

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;*

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

Comunicar à Contratante, com antecedência os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão;

Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

17. DO REAJUSTE

Os preços são fixos no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas (art. 25, parágrafo 8º da Lei 14.133).

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

- a) Der causa à inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

45
B

- c) Não celebrar o contrato ou deixar de entregar a documentação exigida dentro do prazo;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto sem motivo justificado;
- e) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- f) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrat
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- i) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- a) Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- b) Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de R\$ 50,00 (cinquenta reais);
- c) Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- d) Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- e) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- f) Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no PORTAL de Compras Públicas ou órgão que o substitua, pelo prazo de até cinco anos;
- g) A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no item 1 deste Termo de Referência.
- h) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, III e IV da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas



ou profissionais que:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- d) A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- e) As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do município e cobrados judicialmente.
- f) Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- g) Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- h) A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- i) Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- j) A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- k) O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos e específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública municipal



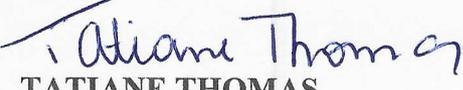
ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

47
D

resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

1) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no PORTAL de Compras Públicas ou órgão que o substitua.

Tunápolis, SC em 08 de fevereiro de 2024.


TATIANE THOMAS
Gestora


Fiscal
Cleiton Kist

Aprovo o Presente Termo de Referência, nos termos dos arts. 6º, XXIII, e 40, § 1º, da Lei 14.133/2021, autorizo a elaboração de PREGÃO NA FORMA PRESENCIAL.

Presidente da Comissão Municipal de Esportes



PROCESSO DE COMPRA Nº.: 09/2024

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 01/2024

ANEXO II

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade n.º _____ e CPF sob n.º _____, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Tunápolis, na modalidade Pregão Presencial n.º **01/2024**, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, **bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.**

_____, em ____ de _____ 2024.

Carimbo e Assinatura do Credenciante



PROCESSO DE COMPRA Nº.: 09/2024

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 01/2024

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO FIRMANDO O CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO PRESENCIAL nº 01/2024 do município de Tunápolis - SC, *que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no edital convocatório.*

_____, em ____ de _____ 2024.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

50
D

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 09/2024

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 01/2024

ANEXO IV

Nome da Empresa:
CNPJ:
Endereço:

Apresentamos nossa proposta para prestação dos serviços, objeto da presente licitação, modalidade **Pregão Presencial nº 01/2024**, acatando todas as estipulações consignadas, conforme abaixo:

Item	Especificação Serviço	Und	Qtidade	Vlr Un. R\$	Vlr mensal R\$	Vlr Total R\$
1		Vaga				
2		Vaga				
3		Vaga				

Valor total da proposta: R\$ _____ (_____ por extenso _____).

Obs: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas de material esportivo para o desenvolvimento das atividades.

* Declaramos que os itens ofertados atendem a todas as especificações descritas no edital.

* **VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL:** _____ (no mínimo, 60 - sessenta - dias da data-limite para a entrega dos envelopes).

PRAZO DE ENTREGA: _____

DATA: .../...../.....

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA



PROCESSO DE COMPRA Nº.: 09/2024

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 01/2024

ANEXO V

MODELO DA DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

(Apresentar no credenciamento fora dos envelopes)

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.)

_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº

_____, do CPF nº _____, sobs sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

_____, ____ de _____ de 20__.

(assinatura do responsável pela empresa)

OBSERVAÇÃO:

Assinalar com um “X” a condição da empresa



PROCESSO DE COMPRA Nº.: 09/2024

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 01/2024

ANEXO VI

NMINUTA DO CONTRATO

São partes neste contrato, através de seus representantes ao final nomeados, como CONTRATANTE o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS/SC, entidade de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 78.486.198-0001-52, sediado na Rua João Castilho nº 111, centro, Tunapolis/SC, aqui representado pelo Sr. Prefeito Municipal como CONTRATADA, a empresasediada..... CEP....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº.....neste ato por seu(s) representante(s) legal(is),Sr(a)., portador da CI nº, CPF nº.....residente e domiciliado na....., denominadas, respectivamente, CONTRATANTE e CONTRATADA.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL O presente contrato é regido pela Lei nº 14.133/21, Decreto Municipal nº __/, bem como pelas cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão presencial nº __/2024, Processo Licitatório nº __/2024 Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº. 14.133/21, recorrendo se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato visa a Contratação de Empresa para execução de serviços visando o desenvolvimento do programa “Exemplo no Esporte, Exemplo na Vida”, conforme Lei Municipal nº1299/2017, através de práticas esportivas para crianças e adolescentes do Município de Tunápolis, da faixa etária entre 04 (quatro) a 17 (dezesete) anos, através de escolinhas esportivas nas modalidades de HANDEBOL, VOLEIBOL, VÔLEI DE AREIA, TÊNIS DE QUADRA, ATLETISMO, XADREZ, E TÊNIS DE MESA por menor preço por lote, conforme especificações deste Edital e de seus Anexos.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 O Município efetuará o pagamento mensalmente, até o dia 05 (cinco) do mês subsequente ao da prestação de serviço. O pagamento será efetuado mediante o recebimento da nota fiscal, acompanhado do relatório específico apontando todas as tarefas que foram trabalhadas pela CONTRATADA, devidamente assinado pelo administrador da empresa, e Professor que ministrou as aulas, com a anuência do Presidente da Comissão Municipal de Esportes.

2.2 A nota fiscal deverá ser preenchida identificando o número do processo licitatório, descrição completa conforme a autorização de fornecimento (objeto, quantidade, marca e demais elementos que permitam sua perfeita identificação), bem como informar os dados de CNPJ da licitante vencedora, Endereço, Nome da



Contratada, número da Agência e Conta Bancária (em nome da pessoa jurídica) na qual será efetuado o depósito para o pagamento do objeto.

2.3. A Nota Fiscal somente será liberada para pagamento quando o objeto for executado em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

2.4 A dotação orçamentária será: (84) 3.3.90.39.05 do exercício financeiro de 2024. Os Recursos Financeiros serão de origem própria e ou de transferências constitucionais e legais.

2.5. O Município de Tunápolis se dispõe a pagar os valores constantes no objeto da licitação conforme valores na cláusula primeira, devendo comprovar no mínimo 8 (oito) horas mensais de treinamento por vaga, através de relatório mensal assinado pelo Professor responsável e pelo Presidente da Comissão Municipal de esportes, juntamente com a comprovação da frequência mínima de 75% da criança ou adolescente, devidamente verificados, aceitos e assinado pelo Presidente da Comissão Municipal de Esportes.

CLAUSULA TERCEIRA -DO REGIME DE EXECUÇÃO:

3.1 O município utiliza aproximadamente 100 vagas mensalmente de cada item, considerando que a empresa vencedora deverá iniciar a execução do programa, conforme o cronograma/calendário da Secretaria Municipal da Educação e Comissão Municipal de Esportes. O Município através da Secretaria Municipal da Educação Cultura e Esportes fornecerá uniforme (camiseta e bermuda) para a criança que tenha comprovação da frequência mínima de 75%, bem como o fornecimento dos materiais esportivos necessários para execução do Programa. A empresa vencedora ficará **vedada** a buscar patrocínio com outras empresas, bem como usar outra marca que não seja a marca do **PROGRAMA “Exemplo no Esporte, Exemplo na Vida”**, conforme Lei Municipal nº 1299/2017.3 A empresa Vencedora não poderá transferir, subcontratar a outrem a execução do programa, **bem como a contratação de estagiários para ministrar as aulas**. A empresa somente poderá participar de competições ou organizar campeonatos com autorização da Secretaria Municipal da Educação através do Presidente da Comissão Municipal de Esportes. Na participação de campeonatos a empresa vencedora deverá dispor de professor para treinamento dos alunos que irão participar deste, bem como no dia da competição a equipe deverá estar acompanhada de professor, **sem custos adicionais para o erário municipal**. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do serviço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento por parte deste. Assumir todos os encargos trabalhistas, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem previstos em legislação específica e vigente, referentes aos serviços executados por seus empregados, obrigando-se a saldá-los na época própria, além de responder, também, por possíveis demandas trabalhistas, civil ou penal, relacionadas com a execução dos serviços. Em caso de competições no horário de treinos ou que venha substituir hora de treino, o município não arcará com despesas de substituição de professor.

CLAUSULA QUARTA – DA VIGENCIA DO CONTRATO

4.1 O prazo de vigência do contrato decorrente deste procedimento licitatório terá o prazo de 1 (um) ano, contado a partir da data da emissão do instrumento contratual.



4.2. O contrato poderá ser aditado ou prorrogado de acordo com a conveniência da Administração Pública, observados os dispositivos da Lei Federal nº 14.133/2021 e outras legislações pertinentes.

CLÁUSULA QUINTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

5.1 A concessão de revisão ou recomposição, reajuste, e repactuação dos preços se dará na forma do Decreto Municipal nº 2457, de 27 de dezembro de 2023.

5.1.1. Os prazos para resposta ao pedido de repactuação de preços e de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro são os estabelecidos pelo Decreto Municipal nº 2457, de 27 de dezembro de 2023.

5.2. Os preços apresentados nas propostas serão permanentes e irredutíveis em período inferior a 12 (doze) meses, de acordo com a legislação vigente, podendo ser corrigido pelo IPCA após o período citado com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGACOES DAS PARTES

6.1. O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do Art. 104 da Lei nº 14.133/21.

6.2. Constituem obrigações do **CONTRATANTE**, além da constante do Art. 115 da Lei nº 14.133/21, as especificadas no Edital

a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;

b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

e) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos;

f) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.2 - DA CONTRATADA:

6.2.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

a) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;*



- b) É de responsabilidade da contratada a retirada dos materiais adquiridos do veículo de transporte, incluindo se for o caso, o fornecimento de maquinário e/ou de pessoas para este fim. A descarga do veículo será feita no Almoarifado da Secretaria solicitante.
- c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- d) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- e) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- f) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão;
- g) Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

- 7.1. Quando da inexecução total ou parcial dos serviços contratados, fica assegurado ao Município o direito de rescisão, respeitado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.
- 7.2. A extinção do contrato poderá ser:
- 7.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- 7.2.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- 7.2.3. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
- 7.3. A formalização da extinção do contrato deverá observar o disposto nos art. 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021

CLAUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

- 8.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA ou não veracidade das informações prestadas, poderá acarretar, resguardados os preceitos legais pertinentes, sendo-lhe garantida a prévia defesa, nas seguintes sanções:
- a) Advertência pelo atraso de até 10 (dez) dias corridos e sem prejuízo para o Município Tunápolis/SC, na entrega da mercadoria, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- b) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de atraso superior a 10 (dez) dias corridos ou em situações que acarretem prejuízo a Administração, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- c) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de execução imperfeita do objeto.
- d) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar de entregar a mercadoria/prestar o serviço/executar a obra, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.



- e) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar de entregar a mercadoria/prestar o serviço/executar a obra, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- e) Impedimento de licitar e contratar, nos termos do art. 156, §4º, da Lei 14.133/21;

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

9.1 A fiscalização do presente contrato será exercida pela Equipe Técnica da Comissão Municipal de Esportes.

8.2 A fiscalização terá poderes para:

- a) Recusar os serviços que não obedeçam às especificações, com o disposto no edital do Pregão Presencial e solicitar toda adequação necessária;
- b) Vistoriar se locais das atividades são compatíveis e se os profissionais são habilitados e capacitados para cada atividade;
- c) Comunicar ao superior no prazo máximo de até 02(dois) dias úteis qualquer atraso, falhas e omissões por parte da CONTRATADA;
- d) Conferir no ato da entrega da Nota Fiscal todos os serviços prestados, quantidades e outros dados que fizerem necessários;
- e) Controlar o saldo dos serviços;
- f) Emitir relatório dos serviços prestados, o qual deverá acompanhar a Nota Fiscal para pagamento;
- g) Praticar quaisquer atos, nos limites do contrato, que se destinem a preservar todo e qualquer direito do Município.
- h) A fiscalização será realizada nos moldes do decreto municipal nº 2480 de 28 de dezembro de 2023
- .i) A ação da fiscalização não diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA pelo fornecimento dos bens, ora licitados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Aos casos omissos se aplicarão ao contrato os preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

10.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia do início e incluíse o do vencimento, observadas as disposições contidas no art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.3. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

10.4. É vedado à licitante vencedora caucionar ou utilizar o contrato objeto da presente licitação para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Município.

10.5. A divulgação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos prazos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, contados da data de sua assinatura.

10.6. A gestão e a fiscalização do contrato serão feitas observando as regras Decreto Municipal nº 2480, de 28/12/2023, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021.



57
D

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA - DO FORO

As partes contratantes elegem, para solução judicial de qualquer questão oriunda da presente contratação, o foro da Comarca de Itapiranga/SC, renunciando-se, aqui, todos os outros, por mais privilegiados que sejam. E, por estarem, assim, justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de único teor e validade, para um só efeito legal, devidamente conferido pela Procuradoria Jurídica do município de Tunápolis, para todos os fins de direito e obrigações resultantes da legislação vigente.

Tunápolis, SC, de de 2024.

Prefeito Municipal
Contratante

Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____



ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

58
D

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 10/2024

PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 02/2024

ANEXO VII

MODELO DE RELATÓRIO MENSAL DE SERVIÇOS PRESTADOS

EMBASAMENTO LEGAL:	
Processo Licitatório nº ----- - Pregão Presencial nº -----,	
OBJETO DO SERVIÇO:	
a Contratação de Empresa para execução de serviços visando o desenvolvimento do programa “Exemplo no Esporte, Exemplo na Vida”, conforme Lei Municipal nº1299/2017, através de práticas esportivas para crianças e adolescentes do Município de Tunápolis, da faixa etária entre 04 (quatro) a 17 (dezesete) anos, através de escolinhas esportivas nas modalidades de HANDEBOL, VOLEIBOL, VÔLEI DE AREIA, TÊNIS DE QUADRA, ATLETISMO, XADREZ, E TÊNIS DE MESA.	
VALOR DO CONTRATO:	
Valor total executado no Mês: Valor total do Contrato: Saldo do Ano:	
DADOS DOS PROFISSIONAIS QUE REALIZARAM OS SERVIÇOS	
NOME:	
CPF:	
ENDEREÇO DE RESIDÊNCIA:	
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL:	
DADOS SOBRE A REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS:	
• Data -----, das (Horário). Trabalho executado no dia (trabalhos técnicos, táticos, brincadeiras), bem como local da atividade, nome do ginásio ou futebol de campo. Aulas ministradas pelos professores: _____.	
•	
ANEXOS	
Anexar fotos dos treinos e jogos, súmulas de campeonatos(quando tiver) e calendário mensal do mês. OBRIGATÓRIO.	

Tunápolis/SC, aos ____ de _____ de 2024.



ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

59
⊕

Nome Completo
Responsável pelo relatório

Nome Completo
Responsável pela empresa



Estudo Técnico Preliminar 3 /2023
Modalidade Pregão

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Número do processo:

2. SECRETARIA REQUISITANTE

Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

3. OBJETO

Contratação de empresa para execução de serviços de escolinhas esportivas, visando atender o projeto “Exemplo no esporte, exemplo na vida”, para atender as demandas da Comissão Municipal de Esportes, para o ano de 2024.

4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Referida contratação se mostra de extrema importância, tendo em vista a continuidade dos serviços esportivos da Comissão Municipal de Esporte, uma vez que o projeto atende crianças e jovens de 04 à 17 anos, a administração municipal, entende como prioridade a oferta deste tipo de serviço, a considerar a importante relevância no desenvolvimento cognitivo, motor e especialmente social dos alunos.

Estamos vivendo a era tecnológica, é outro preceito importante para podermos oferecer diversas possibilidades práticas as crianças e jovens, uma vez que são convidados a relacionar-se com o outro de maneira efetiva, vivenciando as aprendizagens que as vitórias e derrotas oferecem.

Diante disso, surge a necessidade de contratação de empresa para atender as demandas.

ELC *DB* *AD*

5. PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A presente aquisição alinha-se às metas da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, no entanto é abrangido pelo quanto determina o art. 176 da Lei 14.133/2021, e para tanto observará na íntegra os incisos I e II do Parágrafo Único do citado artigo.

6. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

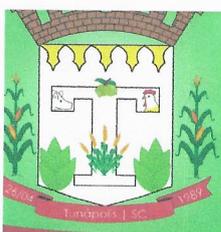
A fornecedora obriga-se a atender de maneira eficiente as atividades, conforme locais, dias e horários a serem oferecidos pela CME, onde a empresa vencedora deverá comprovar as horas/aulas através de relatório ao final de cada mês, além disso, respeitando observância das especificações do edital e da proposta.

A contratação deverá atender às disposições da legislação vigente no que tange à regulamentação da licitação, conforme Lei nº 14.133/2021 e Instruções Normativas SEGES/ME pertinentes.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

A contratação de empresas, compreendem os seguintes itens:

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTOS	
				Unitário	Global
1	Serviço de profissional de educação física habilitado, bacharel em educação física e registro no Conselho Regional de Educação física - CREF/SC para ministrar as aulas de escolinha na modalidade de Handebol . Conforme locais, dias e horários a serem fornecidos pela CME, sendo que o profissional deverá comprovar as horas/aulas através de relatório final do mês	Horas	600	51,63	30.978,00



2	Serviço de profissional de educação física habilitado, bacharel em educação física e registro no Conselho Regional de Educação física - CREF/SC para ministrar as aulas de escolinha na modalidade de Voleibol . Conforme locais, dias e horários a serem fornecidos pela CME, sendo que o profissional deverá comprovar as horas/aulas através de relatório final do mês.	Horas	450	51,63	23.233,50
3	Serviço de profissional de educação física habilitado, bacharel em educação física e registro no Conselho Regional de Educação física - CREF/SC para ministrar as aulas de escolinha na modalidade de Vôlei de areia . Conforme locais, dias e horários a serem fornecidos pela CME, sendo que o profissional deverá comprovar as horas/aulas através de relatório final do mês.	Horas	350	51,63	18.070,50
4	Serviço de profissional de educação física habilitado, bacharel em educação física e registro no Conselho Regional de Educação física - CREF/SC para ministrar as aulas de escolinha na modalidade de Tênis de quadra . Conforme locais, dias e horários a serem fornecidos pela CME, sendo que o profissional deverá comprovar as horas/aulas através de relatório final do mês.	Horas	100	51,63	5.163,00
5	Serviço de profissional de educação física habilitado, bacharel em educação física e registro no Conselho Regional de Educação física - CREF/SC para ministrar as aulas de escolinha na modalidade de Atletismo . Conforme locais, dias e horários a serem fornecidos pela CME, sendo que o profissional deverá comprovar as horas/aulas através de relatório no final do mês.	Horas	300	51,63	15.489,00

Elgi *18* *10*

6	Serviço de profissional de educação física habilitado, bacharel em educação física e registro no Conselho Regional de Educação física - CREF/SC para ministrar as aulas de escolinha na modalidade de Xadrez . Conforme locais, dias e horários a serem fornecidos pela CME, sendo que o profissional deverá comprovar as horas/aulas através de relatório no final do mês.	Horas	100	51,63	5.163,00
7	Serviço de profissional de educação física habilitado, bacharel em educação física e registro no Conselho Regional de Educação física - CREF/SC para ministrar as aulas de escolinha na modalidade de Tênis de mesa . Conforme locais, dias e horários a serem fornecidos pela CME, sendo que o profissional deverá comprovar as horas/aulas através de relatório no final do mês.	Horas	100	51,63	5.163,00
TOTAL				RS 103.260,00	

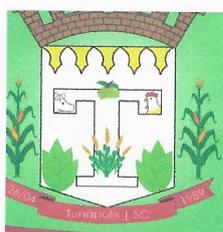
Os quantitativos estimados para a contratação são resultantes do levantamento de dados do exercício de 2023, bem como, o interesse de ampliação da oferta.

8. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Diante da planilha orçamentária apresentada, foram discriminados os valores unitários estimados dos serviços que serão aplicados na contratação.

A referência para os valores máximos aceitáveis será baseada na citada planilha (anexa). Referidos valores foram obtidos através de pesquisa em editais por municípios, assim como por um orçamento de empresa próxima ao município para que se obtivesse um parâmetro da realidade local.

Ocorre que, não foi utilizado o Banco de Preços, uma vez que não supriu a contento a demanda necessária para a formação do valor estimado a ser licitado, tendo sido realizado



buscas em editais de outros municípios que já tenham licitado objetos dessa natureza aliado ainda a consulta ao comércio local qual se mostrou mais conveniente tendo em vista a manutenção da prática dos preços de mercado praticados na região.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A despesa total estimada da contratação é de R\$103.260,00 (cento e três mil, duzentos e sessenta reais), conforme planilha orçamentária anexa.

10. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

Com a prestação de serviço, estar-se-á realizando um importante trabalho, de relevância no desenvolvimento cognitivo, motor e especialmente social dos alunos. Estamos vivendo a era tecnológica, é outro preceito importante para podermos oferecer diversas possibilidades práticas as crianças e jovens, uma vez que são convidados a relacionar-se com o outro de maneira efetiva, vivenciando as aprendizagens que as vitórias e derrotas oferecem.

Referida aquisição recai sobre serviços que são enquadrados como comuns, de acordo com a legislação vigente, a solução encontrada está na abertura de processo licitatório a fim de viabilizar a contratação dos serviços, por meio de Pregão Presencial.

As quantidades previstas na planilha orçamentária se mostram estimativas extremamente necessárias para atender a demanda do ano de 2024.

As quantidades previstas são estimativas máximas, e esta Secretaria se reservará ao direito de adquirir em cada item o quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral ou abster-se de adquirir algum item especificado (ata de registro de preços).

11. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Entendemos que os serviços, objeto da contratação, são interdependentes e não necessariamente deverão ser geridos pela mesma empresa.

[Handwritten signatures]

12. RESULTADOS PRETENDIDOS

Busca-se com o lançamento do presente certame licitatório um excelente resultado, com base no problema apresentado e a ser solucionando, primando sempre pela mais rápida possibilidade de utilização do serviço pelo ente municipal, não desatendendo a observância e plena aplicação dos princípios administrativos que regem a administração pública.

Da mesma forma, em observância aos princípios da economicidade e do melhor aproveitamento dos recursos financeiros disponíveis é que se buscou orçamentos atualizados do real valor praticado no mercado, para dar base ao valor estimado da contratação.

Ademais, com a instrução do processo, busca baixar ainda mais referidos valores, tendo em vista uma esperada concorrência entre as empresas participantes.

13. PROVIDÊNCIAS PRÉVIA A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

A Administração tomará as seguintes providências previamente ao contrato:

- a) Definições dos servidores que farão parte da equipe de fiscalização e gestão contratual;
- b) Capacitação dos fiscais e gestores a respeito do tema objeto da contratação;
- c) Definições dos locais onde serão oferecidas as referidas modalidades esportivas;
- d) Definição de planos de trabalho com vistas à boa execução contratual;
- e) Acompanhamento rigoroso das ações previstas para o conserto do veículo com substituição de peças e mão de obra para execução do objeto a ser contratado.

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A contratação, mediante ao processo licitatório, acontecerá de maneira interdependente, uma vez incabível para o objeto qualquer contratação correlata.

15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A presente contratação não apresenta a possibilidade de ocorrência de impactos ambientais.



16. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Com base nas razões fáticas apresentadas e pelos motivos expostos, tem-se que a presente contratação é viável e a abertura de processo licitatório para aquisição dos itens é a escolha que melhor atende à demanda apresentada.

17. RESPONSÁVEIS

Elaine da Silva Souza
ELAINE DA SILVA SOUZA

Gestora

Tatiane Thomas
TATIANE THOMAS

Fiscal

Responsável pela formalização da Demanda:

Naissa Carmine Schaurich
NAÍSSA CARMINE SCHAURICH
Secretária de Educação, Cultura e Esporte



TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO

Processo nº /2024

1. DA AQUISIÇÃO POR PREGÃO

Aquisição fundamentada nos pressupostos do art. 29 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2. DO OBJETO

Contratação de empresa para execução de serviços de escolinhas esportivas, visando atender o projeto “Exemplo no esporte, exemplo na vida”, para atender as demandas da Comissão Municipal de Esportes, para o ano de 2024.

3. PESQUISA DE PREÇOS E QUANTITATIVOS

Para dar início ao presente processo administrativo, a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, procedeu à cotação de preços com prestadores de serviços do ramo e preços de editais/atas, obtendo valor médio para contratação:

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTOS	
				Unitário	Global
1	Serviço de profissional de educação física habilitado, bacharel em educação física e registro no Conselho Regional de Educação física - CREF/SC para ministrar as aulas de escolinha na modalidade de Handebol . Conforme locais, dias e horários a serem fornecidos pela CME, sendo que o profissional deverá comprovar as horas/aulas através de relatório final do mês	Horas	600	51,63	30.978,00



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

2	Serviço de profissional de educação física habilitado, bacharel em educação física e registro no Conselho Regional de Educação física - CREF/SC para ministrar as aulas de escolinha na modalidade de Voleibol . Conforme locais, dias e horários a serem fornecidos pela CME, sendo que o profissional deverá comprovar as horas/aulas através de relatório final do mês.	Horas	450	51,63	23.233,50
3	Serviço de profissional de educação física habilitado, bacharel em educação física e registro no Conselho Regional de Educação física - CREF/SC para ministrar as aulas de escolinha na modalidade de Vôlei de areia . Conforme locais, dias e horários a serem fornecidos pela CME, sendo que o profissional deverá comprovar as horas/aulas através de relatório final do mês.	Horas	350	51,63	18.070,50
4	Serviço de profissional de educação física habilitado, bacharel em educação física e registro no Conselho Regional de Educação física - CREF/SC para ministrar as aulas de escolinha na modalidade de Tênis de quadra . Conforme locais, dias e horários a serem fornecidos pela CME, sendo que o profissional deverá comprovar as horas/aulas através de relatório final do mês.	Horas	100	51,63	5.163,00
5	Serviço de profissional de educação física habilitado, bacharel em educação física e registro no Conselho Regional de Educação física - CREF/SC para ministrar as aulas de escolinha na modalidade de Atletismo . Conforme locais, dias e horários a serem fornecidos pela CME, sendo que o profissional deverá comprovar as horas/aulas através de relatório no final do mês.	Horas	300	51,63	15.489,00



6	Serviço de profissional de educação física habilitado, bacharel em educação física e registro no Conselho Regional de Educação física - CREF/SC para ministrar as aulas de escolinha na modalidade de Xadrez . Conforme locais, dias e horários a serem fornecidos pela CME, sendo que o profissional deverá comprovar as horas/aulas através de relatório no final do mês.	Horas	100	51,63	5.163,00
7	Serviço de profissional de educação física habilitado, bacharel em educação física e registro no Conselho Regional de Educação física - CREF/SC para ministrar as aulas de escolinha na modalidade de Tênis de mesa . Conforme locais, dias e horários a serem fornecidos pela CME, sendo que o profissional deverá comprovar as horas/aulas através de relatório no final do mês.	Horas	100	51,63	5.163,00
TOTAL				RS	103.260,00

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

O serviço deverá ter início em um prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento da primeira Ordem de Fornecimento, conforme horários, dias e locais estipulados pela Comissão Municipal de Esportes - CME. O serviço deverá ser sequencial, considerando que a CME emitirá nova ordem de fornecimento no final de cada mês, para atendimento no mês subsequente.

5. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Referida contratação se mostra de extrema importância, tendo em vista a sequência dos trabalhos realizados em anos anteriores. O esporte proporciona aprendizagens múltiplas.



além disso, entendemos como necessário a oferta de várias modalidades, afim de contemplar os mais diversos públicos.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A contratação, conforme quantidades e descrições constantes nos itens acima e os descritos no Estudo Técnico Preliminar, se faz para atender a necessidade de atendimento esportivo, para crianças e jovens do município de Tunápolis.

Com a referida contratação, temos que a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, através da Comissão Municipal de Esporte poderá retornar as atividades, assim, como fora feito no ano de 2023.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Conforme Estudo Técnico Preliminar, além dos requisitos constantes neste termo de referência, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

Podem participar do presente processo de licitação, todas as empresas devidamente constituídas nas mais diversas formas autorizadas em lei;

A contratação de profissionais, é de responsabilidade da contratada, devendo a mesma possuir pessoal habilitado, devidamente credenciado no conselho de Educação Física.

A(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ã)o apresentar toda a documentação necessária à habilitação, inclusive as declarações, da forma exposta no Edital de Licitação.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

Será admitido subcontratação de profissionais, desde que mantem a qualificação estipulada no item, credenciamento no conselho de Educação Física, bem como, respeito a dias, horários e outros.

CSi *D* *AD*

9. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

71
Igual conste Edital

O prazo da prestação de serviço, conforme solicitação da Comissão Municipal de Esportes, contendo carga horária e modalidade, bem como, estipulado o local da prestação de serviço, é de 5 (cinco) dias, conforme a primeira ordem de fornecimento.

Caso não seja possível a prestação de serviço na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Os serviços deverão ser oferecidos nos espaços esportivos, estipulados pela Comissão Municipal de Esportes, podendo ser qualquer praça esportiva municipal, cito como exemplo, Ginásio Municipal Cacildo Francisco Fröelich, quadra escolar coberta, Centro Poliesportivo Bertilo Wiggers, entre outros.

10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios,



defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, 31º).

Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa acerca de sua regularidade fiscal.

Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

11 DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

A avaliação da execução do objeto deverá acontecer de maneira bastante crítica, observando-se os exatos requisitos solicitados no Estudo Técnico Preliminar, neste Termo de Referência e no Edital de Processo Licitatório, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;



b) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

a) Executar serviços fora dos padrões de qualidade e quantidade contratados e não os corrigir no prazo determinado pela fiscalização;

b) Não cumprir os prazos previstos no cronograma;

c) Deixar de manter, durante a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas no certame licitatório (Por verificação mensal, quando na entrega dos serviços).

d) Nos termos da legislação aplicada, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada, não produziu os resultados acordados, deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida, deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

12. DO PAGAMENTO

O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

Possível pagamento de TED ou DOC para efetivação do pagamento correrão por conta da contratada.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais.

A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu



sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio de documentos por ele abrangidos.

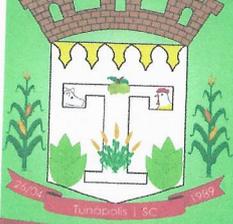
É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação atualizada.

Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

- a) Habilitação Jurídica: Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- b) Habilitações fiscal, social e trabalhista: Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do



artigo 7º, XXXIII, da Constituição, prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, o fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência

14. ESTIMATIVA DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO

O custo estimado da contratação é de R\$ de R\$103.260,00 (cento e três mil, duzentos e sessenta reais)

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º inc. XXIII – j)

As despesas decorrentes dessa contratação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício 2023, conforme abaixo:

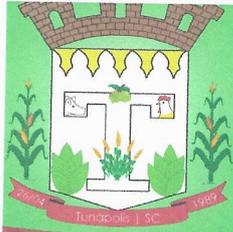
Unidade: 04

Despesa: 84

Recurso: 1104 (livre)

Proj/Atividade: 2022

Elemento: 3.3.90.39.05



16. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

Os bens a serem adquiridos no presente pregão enquadram-se na definição de materiais caracterizados como comuns, tendo em vista que possuem características tecnicamente padronizadas, de aferição simples, cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos por meio de especificações usuais do mercado.

17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da Contratante:

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;

Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos;

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local

[Handwritten signatures and initials]



constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

É de responsabilidade da contratada a retirada dos materiais adquiridos do veículo de transporte, incluindo se for o caso, o fornecimento de maquinário e/ou de pessoas para este fim. A descarga do veículo será feita no Almoxarifado da Secretaria solicitante.

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão;

Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

19. DO REAJUSTE

Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas (art. 25, parágrafo 8º da Lei 14.133).

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

- a) Der causa à inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



- c) Não celebrar o contrato ou deixar de entregar a documentação exigida dentro do prazo;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto sem motivo justificado;
- e) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- f) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrat
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- i) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- a) Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- b) Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de R\$ 50,00 (cinquenta reais);
- c) Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- d) Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- e) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- f) Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no PORTAL de Compras Públicas ou órgão que o substitua, pelo prazo de até cinco anos;
- g) A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no item 1 deste Termo de Referência.
- h) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre



que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, III e IV da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- d) A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- e) As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do município e cobrados judicialmente.
- f) Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- g) Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- h) A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- i) Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- j) A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º



de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

k) O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos e específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

l) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no PORTAL de Compras Públicas ou órgão que o substitua.

Tunápolis, SC em 16 de janeiro de 2024

Elaine da Silva Souza
ELAINE DA SILVA SOUZA

Gestor

Tatiane Thomas
TATIANE THOMAS

Fiscal

Aprovo o Presente Termo de Referência, nos termos dos arts. 6º, XXIII, e 40, § 1º, da Lei 14.133/2021, autorizo a elaboração de Pregão Eletrônico.

Naissa Carmine Schaurich
NAÍSSA CARMINE SCHAURICH

Secretária de Educação, Cultura e Esporte

Autopublicação n.º 5597594

[Abrir Publicação](#)[Comentários](#)[Ajustar Dados Complementares](#)

Informações Básicas

Código	5597594
Situação	Publicado
Data de Publicação	08/02/2024 15:19:56
Entidade	Prefeitura municipal de Tunápolis
Categoria	Licitações
Título	PROCESSO 10.2024 P.P 02.2024
Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge)	B1821CD3DFD8E2D6E060EFE6F3F4472B99429E7B
URL de Origem	
Assinatura Digital	Consórcio de Inovação na Gestão Pública (CNPJ 09.427.503/0001-12)



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

PARECER JURIDICO CONCLUSIVO PROCESSO LICITATÓRIO n. 10/2024 – Pregão Presencial n. 02/2023

O presente parecer tem o intuito de atender a solicitação feita pelo Setor de Licitação, para análise final do Processo Licitatório, incluindo Edital, seus Anexos, bem como toda a documentação acostada pertinente ao processo de licitação realizado pelo ente público municipal, cujo objetivo foi buscar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública o que é plenamente justo e louvável.

O Edital, anexos, documentações, orçamentos, parecer jurídico, Minuta do Contrato, Atas que instruem o processo e documentação da forma apresentada não representa qualquer ofensa ao princípio da legalidade e também não há o que se falar em violação ao princípio da economicidade, da igualdade, uma vez que foi obedecido em todos os seus termos.

Estabelece a lei 14.133/2021 em seu Art. 53, que “ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação”, impondo clara obrigatoriedade no sentido de antes de instaurar-se e tão logo findado o Certame licitatório, realizar-se uma análise jurídica das condições que foram em determinado caso, fixadas para disciplinar a licitação e se houve o atendimento a referidas condições.

Esse exame prévio e posterior almeja preservar a necessária e indispensável legalidade dos atos da Administração, impedindo o surgimento de situação que em descompasso com o regime Jurídico vigente, estejam amoldadas no padrão de conduta imposto ao Gestor da coisa pública.

Verifica-se que o Memorando apresentado pelo Responsável pela solicitação do certame, presente nos autos, justificou o pedido de autorização para a contratação em questão.

Juntado aos presentes autos que instruem o processo licitatório, a descrição da necessidade da contratação, o estudo Técnico Preliminar assim como o Termo de Referência, devidamente apontados os gestores, fiscais e autorizado pelo Secretário da pasta. Ainda a minuta do edital e a minuta do contrato/ata.

A Autorização da autoridade superior para abertura do Certame público dos autos, obedecendo, assim, a legislação vigente.



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

83
D

Constata-se nos autos ainda e por derradeiro que existe plena legalidade na instrução do Certame, ao passo de obediência rigorosa a nova Lei de Licitações, bem como observados todos os princípios que regem a Licitação Pública.

Ao analisarmos a documentação acostada que instrui o presente processo licitatório, entendemos que a instrução se deu de maneira a respeitar o melhor e mais abalizado entendimento legal, atendendo os requisitos da norma regulamentadora.

Feitas as observações pertinentes, concluímos que, do ponto de vista jurídico, para o presente feito, conforme consta do caderno licitatório não há óbice à ensejar a plena regularidade do Processo Licitatório em questão, estando preenchidos todos requisitos prescrito na Lei 14.133/201, pela qual o feito restou processado, respeitado ainda as demais Legislações pertinentes.

Como conclusão, realizado o controle prévio de legalidade mediante análise da busca contratação, fica o parecer favorável ao Processo Licitatório abrangendo todos os seus termos.

Este é o parecer, s.m.j. ficando, no entanto, submetido à apreciação da autoridade superior e ordenadora do presente certame, para quaisquer considerações, com ênfase no sentido de que o Processo em apreço obedeceu, portanto, todas as formalidades legais, conforme consta dos autos.

Nestes termos.

Tunápolis, 12 de fevereiro de 2024.


FLÁVIO MARCOS LAZAROTTO
OAB/SC 31.520
Assessor Jurídico

DESERTA.PROCESSO 10.2024

Publicação Nº 5661593

EXTRATO DE AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2024

O Município de Tunápolis/SC torna público aos interessados que a licitação referente ao Processo Licitatório nº 10/2024-Pregão Presencial nº 02/2024 - Tipo Menor Preço por item - Objeto: Contratação de Empresa para execução de serviços visando o desenvolvimento do programa "Exemplo no Esporte, Exemplo na Vida", conforme Lei Municipal nº1299/2017, através de práticas esportivas para crianças e adolescentes do Município de Tunápolis, da faixa etária entre 04 (quatro) a 17 (dezesete) anos, ATRAVÉS DE ESCOLINHAS ESPORTIVAS NAS MODALIDADES DE HANDEBOL, VOLEIBOL, VÔLEI DE AREIA, TÊNIS DE QUADRA, ATLETISMO, XADREZ, E TÊNIS DE MESA, que é parte integrante e inseparável do, independente de transcrição, foi declarada DESERTA, tendo em vista que, não apareceram empresas interessadas em participar no referido certame.

Informações (049) 36321122. E-mail compras@tunapolis.sc.gov.br.

Marino José Frey
Prefeito Municipal